

Revista da
Reitoria
da Universidade
de Coimbra

Número 27
Trimestral
Janeiro
2010

www.uc.pt/rualarga
rualarga@ci.uc.pt



RUA LARGA



PROPRIEDADE Universidade de Coimbra
DIRECTOR Fernando Seabra Santos
DIRECTOR-ADJUNTO José António Bandeirinha
EDITORES Marta Poiares e Pedro Dias da Silva
DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM António Barros
FOTOGRAFIA João Armando Ribeiro
INFOGRAFIA Maria João Freitas e Sérgio Brito
[GCI - Gabinete de Comunicação e Identidade]
PRODUÇÃO Isabel Terra, Lúcia Ferreira e Luísa Lopes
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA Ilídio Barbosa Pereira
EDIÇÃO GCI - Gabinete de Comunicação e Identidade
Colégio S. Jerónimo, 2.º Piso, Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra
IMPRESSÃO Litografia Coimbra, S.A.
TIRAGEM 3.200 ex.
ISSN 1645-765x • Anotado no ICS
CAPA Retrato de Lotte Michaëlis de Vasconcelos, exposição:
“A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos – Evocação e Homenagem”
www.uc.pt/rua1arga
Tel. 239 859 823
PONTOS DE VENDA
Quarteto, XM, Livraria/Loja UC e Artefólio/ Livraria de Bolso • TAGV

Editorial • Fernando Seabra Santos • 04
REITORIA EM MOVIMENTO

A resposta da Universidade de Coimbra à pandemia de gripe • Saraiva da Cunha • 07

OFICINA DOS SABERES

ACTUAL

Uma exposição e um livro de colorir sobre a Palestina • Nuno Coelho • 10
Bubok – As possibilidades da auto-publicação gratuita on-line • Marta Furtado • 13

IMPRESSÕES

Arrisca Coimbra'09 • Deolinda Estevinho e Jorge Figueira • 15
Criação Artística e Saúde Mental • Manuel Viegas Abreu • 17
Em torno da figura de João de Ruão • Carlos Ruão • 20
Secção de Fotografia da AAC • 23
1910, os Grandes Armazéns do Chiado em Coimbra • Raquel Magalhães • 24
A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos – Evocação e Homenagem • Manuela Delille • 27

BREVES

Boaventura de Sousa Santos condecorado pelo governo brasileiro • 31
Departamento de Arquitectura da UC reflectiu sobre a Alta de Coimbra • 31

RIBALTA

O documentário “Futebol de Causas” • Ricardo Martins • 33
Colóquio Internacional “República, Universidade e Academia” • Vítor Neto • 36

CIÊNCIA REFLECTIDA

A água na perspectiva das Geociências • José Manuel Martins de Azevedo • 38

AO LARGO

ENTREVISTA

Teresa Mendes • Marta Poiares e Pedro Dias da Silva • 41

RETRATO DE CORPO INTEIRO

António Olaio • Marta Poiares • 49

CRÓNICA

Cada Pessoa é Um Mundo • Pio de Abreu • 53

LUGAR DOS LIVROS

ESPAÇO DAS ESCOLAS

Um edifício como cidade – Departamento de Engenharia Mecânica no Pólo II da UC • Vítor Murtinho • 59

TEMAS

O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UC

Linguagens de Expressão: o Centro de Línguas da Faculdade de Letras • Ana Beatriz Rodrigues • 66
Babilónia de Sons • Liliana Figueira • 68

COLÓQUIOS DE OUTONO 2009

Intersecções: Antropologia e Arquitectura • Luís Quintais, Nuno Porto, Sandra Xavier e Paulo Providência • 70
Crónica sobre os Colóquios de Outono • Ana Filipa Magalhães • 72

A quarta missão

Fernando Seabra Santos *

Todas as actividades tradicionais de uma Universidade, que se inserem no âmbito de uma das suas três missões clássicas, a formação, a investigação científica e a inovação, podem ser complementadas com vantagem, por recurso à colaboração universitária internacional.

Mas, pelo menos numa Universidade como a nossa, a internacionalização tem ainda uma outra dimensão, tão importante que a está a fazer assumir-se, verdadeiramente, como a sua **quarta missão**. Assim como hoje aceitamos valorizar uma Universidade em função da qualidade da formação que ministra, ou da profundidade e impacto da investigação que desenvolve, ou dos índices de desempenho que ostenta nas suas actividades de inovação, penso não ser necessário muito tempo para vermos emergir, em complemento dos anteriores, um novo padrão de referência que terá que ver com a capacidade de definir e concretizar uma agenda de diplomacia cultural autónoma.

Vem nesta linha a criação recente, em Belo Horizonte, no Brasil, de uma sede local do Centro de Estudos Sociais denominada **CES – América Latina** e de uma outra em Lisboa denominada **CES – Lisboa**. Ainda a intenção, a concretizar em breve, já com escritura pública e órgãos sociais constituídos, de uma outra experiência idêntica do CES no Maputo, em Moçambique, denominada **CES – Aquino de Bragança**. Igualmente em perspectiva se encontra o **CES – Ásia**, a instalar provavelmente em Goa. Para além de nos tornar a todos menos provincianos e menos autocentrados, menos deslumbrados pelo brilho do nosso sucesso local, esta prática abre ainda as portas a um novo, riquíssimo e praticamente inesgotável campo de oportunidades.

Atente-se, por exemplo, no significado de ter à volta de uma mesma mesa, a participar em actividades conjuntas de docência ou de investigação no âmbito da **Comunidade de Universidades do Mediterrâneo**, membros de Universidades de todos os países da Bacia do Mediterrâneo. Compreenda-se que, mesmo quando os seus Governos se antagonizam ou os seus exércitos se combatem, os universitários têm tendência para olhar

o mundo com olhos de compreensão e de diálogo, distanciando-se das coisas pequenas, como o astronauta que, a trezentos quilómetros de distância, não pode deixar de desvalorizar os conflitos entre os povos ao compreender que o mundo é uno, único, e que todas as fronteiras são artificiais.

Veja-se a importância de juntar num mesmo colóquio científico representantes de cerca de três dezenas de países da Europa, Ásia, África e América detentores de património edificado de origem ou influência portuguesa e de criar a **Rede Mundial de Bens de Origem ou Influência Portuguesa** e note-se que a Universidade de Coimbra foi capaz de fazer neste contexto, em colaboração com o IGESPAR, com o ICOMOS e com a Comissão Nacional da UNESCO, o que nenhum governante de nenhum governo pôde realizar.

Mas a iniciativa de maior ambição e potencialidade em que a Universidade de Coimbra se envolveu recentemente, e liderou, foi, sem dúvida, a criação do **Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras** agrupando em torno de um nome que todas consideram referencial, as cinquenta mais importantes Universidades do Brasil, representando no seu conjunto 98% de todos os programas de pós-graduação acreditados pela CAPES e 94% de todos os centros de investigação científica credenciados daquele país. A compreensão desta realidade, a apetência crescente do Brasil pela Europa e da Europa pelo Brasil, e o incontestável prestígio internacional da Universidade de Coimbra permitiram-nos montar uma estratégia de colaboração entre os dois grupos que tomam o nosso nome, o europeu e o brasileiro, e que afirma indiscutivelmente a nossa Universidade como pilar e referência de uma ponte transatlântica da qual pode beneficiar enormemente, não apenas no plano intangível mas também no plano material.

E assim, 2010 será na Universidade de Coimbra o ano de início de um ambicioso programa de intercâmbio universitário entre o Brasil e a Europa, autêntico terramoto universitário com epicentro em Coimbra, tanto ao nível da graduação, nomeadamente na área da formação de professores, como da pós-graduação e do doutoramento.

Paço das Escolas, 5 de Janeiro de 2010

** Reitor da Universidade de Coimbra*



Reitoria em Movimento

A resposta da Universidade de Coimbra à pandemia de gripe

Saraiva da Cunha *

Nos últimos meses o léxico português foi inundado de palavras até então praticamente desconhecidas, ou raras vezes pronunciadas, pelo comum dos cidadãos: influenza, H1N1, pandemia, contingência, gripe sazonal, gripe A, zaragatoa, *Tamiflu*®, adjuvantes, para citar apenas algumas. Naturalmente, muitas citações enfermaram de enorme subjectividade, outras de erros grosseiros, que semeadas no campo fértil da iliteracia em saúde da nossa população (incluindo muitos jornalistas), têm alimentado a enorme controvérsia que rodeia a pandemia de gripe A (H1N1) 2009.

Os primeiros doentes foram identificados em Março de 2009, no México e nos Estados Unidos da América (EUA). Logo no mês de Abril foi isolado o vírus responsável por estes casos, um novo vírus da gripe, que veio a ser designado por vírus A(H1N1)v, para o destrinçar dum outro já anteriormente em circulação cuja filogenia remonta à pandemia de gripe “espanhola” de 1918. No dia 29 de Abril a Organização Mundial de Saúde elevou o nível de alerta pandémico para o grau 5, para pouco tempo depois, no dia 11 de Junho, decretar o estado de pandemia (nível 6). O mundo nunca tinha assistido a uma disseminação global de um novo vírus da gripe em tão curto espaço de tempo - dois meses.

Em Portugal o impacto da pandemia só se começou verdadeiramente a sentir no mês de Agosto, na sequência dos intensos fluxos populacionais característicos das férias de Verão. Terminado este tempo de lazer aproximava-se outro acontecimento com enorme potencial para alimentar a progressão da pandemia: a reabertura do ano escolar, com a afluência de milhares de alunos às escolas de todo o país. Felizmente, o nosso posicionamento geográfico e o longo Verão trocaram as voltas ao vírus, dificultando a sua progressão. Passado um período de alguma bonança, eis que o número de infecções aumentou vertiginosamente nas primeiras semanas de Novembro, coincidindo com a chegada de condições climatéricas mais adversas. Estamos hoje em plena progressão da “onda pandémica”, sem que se possa ainda, com certeza, dizer quanto tempo ela vai durar e que nível de intensidade vai ter.

A Universidade de Coimbra atempadamente iniciou a sua preparação para mitigar o impacto da pandemia no seu normal funcionamento. O Senhor Reitor entendeu nomear um Pró-reitor para coordenar a elaboração de um plano de contingência para a pandemia de gripe, atitude que julgamos inovadora no panorama do ensino superior em Portugal. Constituído um grupo de

trabalho, designado Grupo de Acompanhamento da Pandemia de Gripe na Universidade de Coimbra (GAPG-UC), deu-se corpo ao plano de contingência, conferindo prioridade à preparação do início do ano académico e à recepção dos novos alunos.

Com a contribuição e o envolvimento dos responsáveis pelos Serviços, foi possível completar um conjunto de documentos orientadores, uns gerais e outros sectoriais, que em conjunto hão-de constituir a essência do plano de contingência. Tiramos proveito das novas formas de comunicação, privilegiando a internet para divulgar a toda a comunidade universitária os documentos e as orientações que produzimos. Recorremos ao correio electrónico e fomos alimentando com regularidade o sítio web da gripe na Universidade de Coimbra (www.uc.pt/gripe).

Justifica-se tal esforço de organização e de programação?

A Universidade de Coimbra, como outras instituições de ensino superior, congrega um conjunto de factores propícios à fácil disseminação do vírus da gripe: uma população estudantil sem imunidade prévia para o vírus A(H1N1)v, que a actividade lectiva obriga a aglomerar em espaços confinados onde partilha objectos e instrumentos de uso comum; coabitação de estudantes em casas particulares, residências universitárias ou repúblicas; comunidade académica com activo envolvimento social em actividades de índole desportiva, cultural ou de puro entretenimento. Também os colaboradores da Universidade de Coimbra, principalmente aqueles de idade inferior a 55 anos, pelo seu contacto frequente com os alunos podem ser indirectamente tocados por uma eventual disseminação da doença na comunidade estudantil.

Nos Estados Unidos da América (EUA), a American College Health Association promove, desde o

passado mês de Agosto, a vigilância periódica dos episódios gripais nos estudantes do ensino superior. As mais de 900 instituições suas filiadas possuem uma população estudantil de perto de três milhões de indivíduos, quase um terço da população total de Portugal. A taxa de incidência de síndrome gripal nos estudantes do ensino superior dos EUA teve a sua expressão máxima na primeira semana de Novembro, com um valor de 29 casos por cada 10.000 estudantes. Desde então a incidência vem decrescendo de forma sustentada, o que sugere que o “pico” da onda pandémica já foi ultrapassado naquele país.

Em Portugal nenhuma instituição, pública ou privada, promove a vigilância activa dos episódios de gripe nos estudantes do ensino superior. Apenas a Universidade do Porto celebrou um protocolo com uma rede de vigilância da gripe baseada na internet e exercida a título voluntário pelos aderentes que manifestem sintomas da doença, intitulada Gripenet (www.gripenet.pt), que lhe permite monitorizar a existência de casos entre alunos ou colaboradores nos meses de Novembro a Abril, coincidindo com o período da gripe sazonal.

Resta-nos extrapolar para a realidade universitária a informação geral disponibilizada semanalmente pelo Ministério da Saúde e pela Direcção Geral da Saúde.

Se adaptássemos para a nossa população os dados estatísticos provenientes dos EUA, e bem sabemos quão arriscado é este exercício, esperaríamos que adoecessem na Universidade de Coimbra, durante a semana de maior incidência da gripe, cerca de 60 estudantes. Números tranquilizadores, mas que não legitimam o esmorecimento da nossa vigilância.

* Pró-Reitor da Universidade de Coimbra



OFICINA DOS SABERES

ACTUAL

IMPRESSÕES

BREVES

RIBALTA

CIÊNCIA REFLECTIDA

Uma exposição e um livro de colorir sobre a Palestina

Uma Terra Sem Gente Para Gente Sem Terra

Nuno Coelho *

Para além da minha actividade como designer, nutro um grande interesse por política internacional, dando especial atenção ao conflito Israel-Palestina. Este interesse é partilhado com Adam Kershaw, um amigo inglês de longa data. Muitas vezes envolvíamo-nos em discussões apaixonadas sobre o assunto, que rapidamente extrapolavam para muitos outros. Todos os acontecimentos neste mundo pareciam interligados através de uma rede densa e complexa, cujo epicentro era exactamente aquela região específica, como se dali se ditasse a constante ordem mundial.

Por essas razões organizámos em conjunto uma viagem, em 2006, a Israel e ao território palestino da Cisjordânia. Inscrevemo-nos num programa de voluntariado em Nablus, uma das cidades mais afectadas pela ocupação israelita, onde iríamos permanecer durante um mês a desenvolver actividades para crianças de um dos campos de refugiados da cidade. Esta oportunidade serviu de desculpa para nos permitir um contacto próximo com a complexa situação da região.

A nossa percepção do conflito mudou dramaticamente desde o nosso regresso. Aos nossos olhos, o conflito não era tão chocante do ponto de vista armado - praticamente as únicas notícias que chegam até nós - mas sim do ponto de vista social, de como a ocupação israelita influencia negativa-

mente todos os pormenores da vida quotidiana de um comum cidadão palestino.

Esse lado do conflito, talvez por lhe faltar um nível extremo de dramatismo, poucas vezes é abordado nos jornais e nos noticiários televisivos. E foi exactamente esse lado social, quotidiano, que tentámos traduzir em ilustrações quando eu e o Adam desenvolvemos a exposição “Uma Terra Sem Gente Para Gente Sem Terra”. Composta por diversos cartazes de grande formato, com desenhos de contorno a preto-e-branco, a exposição convida os visitantes a preenchê-los com cor usando os diversos lápis dispostos para o efeito. Assim, o que inicialmente eram ilustrações simples e impessoais, tornam-se em obras de arte únicas e “site specific”. Os cartazes mostram diversos mapas e gráficos, assim como desenhos realizados a partir de fotografias recolhidas na nossa viagem à Palestina.

Nesta intervenção, um discurso visual foi gerado em redor das tensões sociais que fazem parte do quotidiano daquela região onde três continentes colidem, e é por nós proposta uma nova abordagem de pensamento sobre o conflito israelo-árabe, assim como um olhar crítico mas também irónico, que poderá mostrar o absurdo da situação presente. Essa sensação de absurdo é enfatizada ao tratar a actual situação social e política recorrendo a um imaginário e uma linguagem infantil, como se fos-

se um jogo ou um puzzle. O trabalho realizado vai ao encontro da nossa opinião enquanto autores que acreditamos que, apesar de haver um discurso global sobre a Palestina, poucas pessoas conseguem ver além das imagens e títulos chocantes gerados pelos media e compreender os princípios básicos do conflito.

Para além disso, torna-se importante questionar se poderá um acto artístico conter em si mesmo um relevante significado político sem assumir determinado ponto de vista ou sem aspirar a ser transgressor, subversivo ou activista. Tal como a negação da Filosofia é já em si um acto filosófico, talvez a tentativa de mostrar um trabalho apolítico seja também ela detentora de uma forte posição política.

A primeira apresentação da exposição teve lugar na galeria Fabrica Features em Lisboa em 2007. Desde então, foi apresentada em diversas galerias e instituições culturais, não só portuguesas.

A exposição esteve patente em Berlim (Alemanha), Hobart (Austrália), Barcelona e Valência (Espanha) e, em território nacional, marcou presença nas cidades do Porto, Santa Cruz da Graciosa, Guimarães e, finalmente, Coimbra onde, durante o mês de Outubro de 2009, ocupou as paredes do foyer do Teatro Académico de Gil Vicente.

Durante a mais recente edição da Experimenta Design em Lisboa, lançámos numa edição de autor *Uma Terra Sem Gente Para Gente Sem Terra - Um Livro de Colorir Sobre a Palestina*. O livro contém a exposição completa adaptada a “formato de bolso”, assim como novas imagens e desenhos criados propositadamente para o efeito. Foram também incluídos textos meus e do Adam onde expomos todo o processo do desenvolvimento do projecto, assim como a sua contextualização ética, artística e política. Para além disso, não nos interessou que o livro fosse o fim de um ciclo, um mero registo documental, mas sim o início de uma segunda fase. Convidámos, por isso, artistas,

curadores, jornalistas, designers, políticos e sociólogos, não só da Palestina e de Israel, para que contribuíssem com textos para a publicação. Para isso procurámos também pessoas cuja opinião não fosse coincidente com a nossa.

Obviamente que não é por falarmos exclusivamente dos efeitos negativos da ocupação israelita na vida quotidiana dos palestinianos que negamos o sofrimento da população civil israelita. Reconhecemos que este mesmo objecto poderia ser realizado tendo como ponto de partida o efeito negativo do conflito na vida quotidiana dos israelitas. Mas foi nossa opção não o fazer. Também não é por termos reduzido o conflito a uma série de ilustrações gráficas “infantis” (e respectivos textos explicativos), que a realidade foi deturpada. Fomos rigorosos, tanto quanto possível, nos dados expostos. Acima de tudo queríamos despertar nas pessoas o interesse por este assunto tendo como ponto de partida a nossa opinião pessoal e isso pensamos ter conseguido.

Por seu lado, o projecto “Uma Terra Sem Gente Para Gente Sem Terra” não foi criado por termos a opinião de que não há informação suficiente sobre o conflito. Muito pelo contrário. Somos da opinião de que há um excesso de informação disponível, de tal forma que transforma o conflito numa ficção, em algo distante, abstracto e que em nada afecta a nossa vida quotidiana neste extremo da Europa. Ao simplificar a linguagem, ao traduzir em imagens muita da informação que nos chega através dos media, queríamos tornar o assunto acessível a muitas pessoas que sempre acharam o conflito demasiado complexo para ser compreendido. E, apelar ao envolvimento e à intervenção do visitante através do acto de colorir é, em última instância, uma nova forma de tornar o conflito real.

“Os artistas, ao contrário dos responsáveis pela governação da sociedade, podem operar num espaço entre narrativas oficiais e não-oficiais. Livres das regras pelas quais os documentos oficiais se

devem reger, o uso de documentação por artistas pode alternar de função entre administrativo e pessoal”. Uma vez que não existe a chamada “imparcialidade”, já que somos sempre fruto da sociedade em que vivemos, não se pode exigir de nós – de mim e do Adam - o rigor que se exige dos políticos ou dos jornalistas pois estes falam em representação de muitos. Qualquer tipo de publicação é um acto democrático, uma vez que se trata da partilha de um gesto pessoal. E este objecto, em forma de exposição e de livro, é um nosso gesto pessoal.

Uma Terra Sem Gente Para Gente Sem Terra – Um Livro de Colorir Sobre a Palestina

Edição de autor de Nuno Coelho e Adam Kershaw

Com colaborações de Alban Biaussat, Alexandra Lucas Coelho, David Tartakover, Ferran Izquierdo Brichs, Ingrid Quiroga, Joana Bértholo, Mat Ward, Maya Pasternak, Ruba Shahrour e Tiny Domingos.

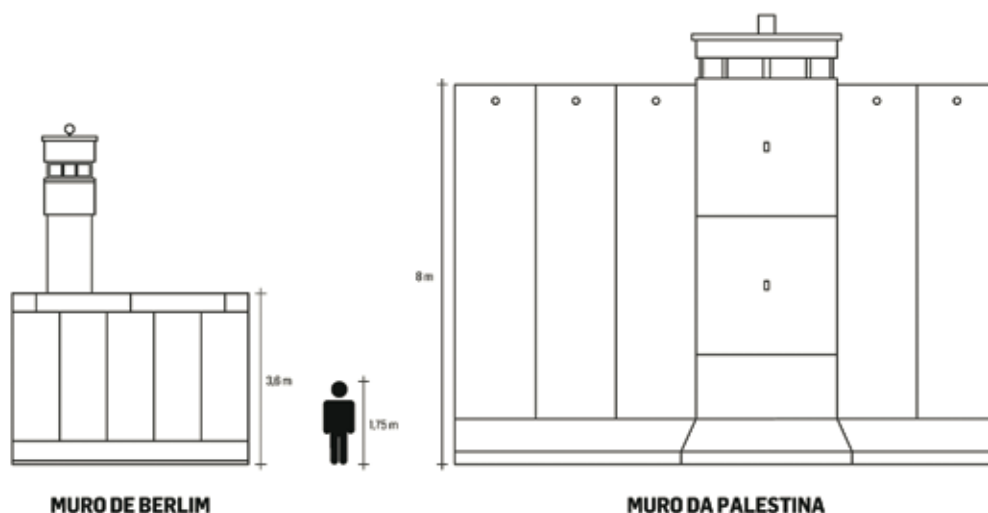
Edição bilingue (inglês/português)

248 pp, caixa de lápis de colorir incluída

ISBN: 978-989-96355-0-0

Mais informações: www.nunocoelho.net

* Professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra



Uma oportunidade para todos os livros

Marta Furtado *

O livro tem um lugar central na nossa história. Formou o nosso presente com imagens do passado e contou-nos as histórias que não queremos esquecer. As folhas de papel de um livro, os espaços deixados pela mancha de tinta, a forma como seguramos um livro enquanto o lemos, tudo isto se confunde na nossa vida com o próprio conteúdo dos livros, com as suas ideias. A impressão que temos sobre um livro ou um escritor, o comentarmos ou aconselharmos dadas leituras é-nos incutida, em parte, pela imagem de um livro, das suas páginas marcadas, riscadas ou preservadas tal e qual como no primeiro dia em que o folheamos.

Para suportarem os diversos conteúdos e os seus lugares de leitura, há livros com formato de um bolso mas há também os que não cabem senão numa mesa. Colados, cosidos e agrafados, mais esguios ou mais corpulentos, com imagens ou texto farto, a nossa primeira imagem de um livro é já a de diversidade. Levados para uma qualquer sombra de um banco de jardim, na qual nos resguardamos a ler para que os raios de sol não distraiam a leitura, há-os com capa mole de uma edição comum, outros mais solenes e com senhoriais capas duras. As folhas que contam histórias, ou que nos dão conhecimento de um qualquer saber científico, podem igualmente ser mais ou menos resistentes, mais ou menos densas na gramagem e fazer uso do mais branco dos brancos até ao esbranquiçado.

Após a leitura, guardamos os livros junto de outros, numa composição desalinhada de livros altos e baixos,

gordos e magros. Temos estantes só nossas e outras, as mais arrumadas, que são de todos, mas ambas acumulam a nossa herança e é nelas onde depositamos a esperança de que os livros ali fiquem para serem lidos muito depois de nós.

Os livros são o que sabemos deles e esta diversidade dos livros e para os livros, é o verdadeiro alento da *Bubok*. Uma editora que transformou a auto-publicação entre os falantes de espanhol, está agora ao dispor de quem escreve em português. É desde meados do ano passado que em *www.bubok.pt* encontramos uma forma simples de editar um livro e que comporta as diversas formas que um livro pode ter e que responde às necessidades dos próprios autores, porque é isso a auto-publicação. Surgido em Espanha, este projecto ousado, encontrou aí condições de gestação ideal que vieram a ditar que esta plataforma, em dois anos, ultrapassasse os 26 mil autores com livros publicados. Criada como resposta à necessidade de uma ferramenta para os autores que pretendem publicar por si mesmo os seus conteúdos, e adaptada aos novos tempos e às possibilidades de quem publica, a *Bubok* continuará a imprimir livros de papel. Ao leitor resta-lhe definir se pretende um, meia dúzia, ou até milhões de exemplares por obra.

Num tempo em que a corrida tecnológica chegou desenfreada à publicação de conteúdos, transformando suportes e obras, a forma dos livros está agora em debate. Num esforço de comungar os tempos na sua livraria, a *Bubok* integrou na edição a tecnologia de *print-*

on-demand por permitir a impressão sem tiragens mínimas. Assim, os livros que publicamos estão para todos e podem ter ou não ter cheiro, ter ou não ter tacto, ter ou não ter matéria, mas expressam um processo baseado na liberdade de publicação e respondem às preocupações, cada vez mais fundamentadas, que têm por base as problemáticas ambientais. Quem ali publica as suas ideias, para além de disponibilizar a sua obra em formato digital, em *e-book*, fá-lo também em papel através de um método sustentável de impressão, a tecnologia de *print-on-demand*, em que cada livro é impresso mediante encomenda e, por isso, sem tiragens mínimas obrigatórias, excedentes poeirentos acumulados na garagem e perda do investimento do autor.

Aos poucos vamos também percebendo que o papel não se enfada por estar lado a lado com o *e-book*. Ambos os formatos são independentes na forma, no preço e na relação com o leitor e respondem a vontades diferentes e próprias de cada um de nós. Por isso, também aí avançamos com melhorias e continuamos a ouvir os que publicam sobre o que gostariam de encontrar neste novo molde dos livros. Para já, temos os livros digitais disponíveis em dois formatos PDF e Epub e, apesar deste último estar ainda em teste apenas para os livros em espanhol, parece já muito promissor enquanto formato livre. Paralelamente, começámos também a vender leitores, os *e-readers*, na ordem do dia e descobrimos que se torna muito confortável a leitura com este suporte que, ainda por cima, nos pode devolver as glosas, riscos e notas que nos faltavam nas primeiras leituras em digital.

À medida que avançamos para o futuro, a *Bubok* sustenta um processo de publicação que não pretende contribuir para o desperdício e para a saturação das nossas reservas naturais. Um livro só é impresso em papel quando solicitado por quem o adquire, por quem o vai ler ou oferecer a ler e, tudo isto se a pessoa não optar por ler a obra como *e-book*. Sem condicionantes na aquisição, senão o pagamento, as encomendas dos livros podem ir de um a um milhão de exemplares, todos entregues no destino escolhido pelo comprador. Procurámos também a sustentabilidade na relação com os autores,

criando-lhes condições vantajosas para distribuir o seu livro e, mesmo com vendas limitadas, conseguirem alguma rentabilidade que financie ou, pelo menos, impulsione o ofício da escrita. O autor, tendo somente de publicar o seu livro, sem a preocupação das tiragens mínimas e da venda obrigatória da sua obra, pode publicar apenas para experienciar uma primeira leitura, encontrar um ou mil leitores críticos, talvez antes até de dar a obra por acabada, e experimentar novas formas de revisão pelos pares. Mas, se pretender tornar o seu livro num sucesso comercial, pode contar com 80% dos lucros em cada venda em todos os formatos, para além de encontrar serviços de revisão e composição para o acompanharem no processo, por preços verdadeiramente acessíveis à publicação em causa própria.

Na *Bubok* passamos a maioria do tempo a falar com os autores, porque é com eles que crescemos. Eu, depois de concluir um curso de jornalismo na Universidade de Coimbra sinto-me deslumbrada com a oportunidade de ler e ajudar a contar tantas histórias. Encontro autores com percursos peculiares e dúvidas que, por vezes, me deixam sem resposta. Estar desde o primeiro dia na versão portuguesa deste projecto tem sido um desafio desmedido. Faz-me interagir com uma realidade online que nunca foi tão importante na minha vida, a dos livros por si. Agora já não passo sem ir ao nosso fórum dialogar com os autores ou espreitar as publicações do dia, descarregar algumas, ler as que consigo e, muitas vezes, espantar-me com a quantidade e qualidade das obras que, até agora, estavam nas gavetas. Depois da Universidade de Coimbra, esta é a minha nova escola. É por isso que vos convido a publicar os vossos textos e a virem ler o que outros autores estão a publicar: há desde contos infantis a textos religiosos, matemáticos a publicar Filosofia, cientistas a escrever romances, maratonistas que escrevem sobre o prazer de correr, poesia com o gosto da juventude e incríveis histórias de vida narradas na primeira pessoa.

* Responsável da *Bubok* em Portugal pelo Suporte e Atendimento ao Cliente

Arrisca Coimbra'09

Deolinda Estevinho e Jorge Figueira *

As instituições de ensino superior têm, no contexto da sociedade do saber, um papel relevante no fomento do empreendedorismo, especialmente entre os mais jovens, no sentido da criação de empresas de base tecnológica em sectores de alto valor acrescentado e de uso intensivo de conhecimento. A Universidade de Coimbra (UC) tem vindo a desenvolver uma cultura de estímulo ao empreendedorismo junto dos seus alunos e investigadores, dispondo já de uma vasta experiência de intercâmbio de conhecimento com as empresas e de prestação de serviços a organizações da mais diversa natureza.

O Gabinete de Apoio às Transferências do Saber da Universidade de Coimbra (GATS.UC) é uma estrutura criada na dependência directa da Reitoria da UC e que tem por missão promover, dinamizar e apoiar o estabelecimento de relações, projectos e parcerias da UC com o mundo exterior.

O *Arrisca Coimbra* é uma das muitas iniciativas de sucesso em que o GATS.UC tem estado envolvido. Teve início em 2008, em parceria com a Direcção-Geral da AAC, a IPN-Incubadora, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra e o Clube de Empresários de Coimbra, e visava, através de um Concurso de Ideias de Negócio, estimular o desenvolvimento de conceitos de negócio em torno dos quais se perspectivasse a criação de novas empresas. O interesse suscitado pela primeira edição do *Arrisca Coimbra* levou a que em 2009 se juntassem aos promotores iniciais o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra e a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE).

A edição do *Arrisca Coimbra* em 2009 registou 45 candidatu-

ras, apresentadas por equipas de origens muito variadas e com conceitos de negócio muito diversificados. Após árduo trabalho de selecção, o júri composto por representantes dos organizadores e dos patrocinadores do evento seleccionou seis propostas de negócio, de acordo com os critérios definidos (Viabilidade, Originalidade, Perfil dos Promotores, Capacidade de síntese e Sustentabilidade):

- **Prémio InovCapital** (cinco mil euros na fase de constituição da empresa) ao projecto intitulado “Smart Medicines”, uma plataforma tecnológica (“NANOMEDICAMENTO INTELIGENTE”), desenvolvida no Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC) da UC. Este projecto foi apresentado por uma equipa de três promotores liderados por João Nuno Moreira, da Faculdade de Farmácia da UC
- **Prémio IEFP** (três mil euros na fase de constituição da empresa) este prémio foi igualmente atribuído a uma equipa de três promotores, coordenados por Pedro Filipe Carvalho, com um projecto intitulado Atelier da Fábrica, permite a fabricação automatizada de maquetes e outros objectos de forma rápida e flexível.
- **Prémio IAPMEI** (dois mil e quinhentos euros) para o projecto “LEAD”, que procura desenvolver a síntese de avaliação biológica de 40 novos compostos derivados do ácido betulinico para tratamento oncológico. Projecto apresentado pela Rita Catarina Mendes dos Santos e uma equipa de quatro outros promotores.
- **Prémio UNIVERSIA** (mil euros) para o projecto “BT Cast”, Informação sem fios, uma plataforma sem fios para associação de informação de interesse em

locais privilegiados. Este projecto foi submetido por um grupo de cinco promotores encabeçados por Rui Paulo do Nascimento Gomes.

- **Prémio DNA Saúde** (mil euros) igualmente atribuído ao projecto “LEAD” acima descrito.

- **Prémio Coimbra Inovação Parque** (500 euros) para o projecto “Blueworks”, e o seu produto o EyeDropper, baseado num dispositivo portátil dotado de uma câmara de alta definição, capaz de detectar a aplicação correcta de medicamentos oftalmológicos.

- **Prémio IPN Incubadora** (um ano de incubação virtual gratuita no IPN) para o projecto “iNovmapping”, apresentado por uma equipa composta por José Gomes dos Santos e dois outros elementos. O conceito que procuram desenvolver baseia-se numa arquitectura híbrida que funde as valências dos SIG com as da Web 2.0, com

arquitectura na API do Google Earth/Google Maps. Além dos patrocinadores acima referidos que asseguraram os prémios mencionados, o concurso contou ainda com os apoios da Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM) e da ANJE.

O balanço desta edição é, pois, francamente positivo. Não apenas pelo número e valor dos projectos submetidos a concurso mas igualmente por se constatar um elevado número de candidaturas submetidas por equipas de docentes e estudantes que, em conjunto, procuram valorizar os conhecimentos desenvolvidos nos domínios científicos que estudam ou estudaram. É pois uma experiência a repetir. Iremos ver-nos certamente no... **Arrisca Coimbra 2010**.

* Divisão de Inovação e Transferências do Saber (GATS)



Criação artística e saúde mental ¹

Manuel Viegas Abreu *

Contexto, objectivos e organização

A *Iª Exposição Nacional de Arte Espontânea* surgiu da intenção de ilustrar e de complementar um dos quatro eixos temáticos do *IIº Congresso de Reabilitação e Inclusão em Saúde Mental*, que decorreu no Auditório da Universidade de Coimbra (UC) de 12 a 14 de Outubro de 2009. Um dos objectivos principais do referido Congresso consistiu em agregar contributos para um conhecimento mais aprofundado do *modelo bio-psico-social* da promoção da saúde mental. Propondo que sobre as doenças mentais incida uma visão integrada da complexidade dos seus factores e condições etiológicas, sintomáticas e terapêuticas, os defensores do *modelo bio-psico-social* procuram que dele decorram aperfeiçoamentos da intervenção prática integrando modalidades terapêuticas de reabilitação psicossocial, de psico-educação e de inserção profissional de pessoas que se confrontam com problemas de saúde mental.

Diversos organismos internacionais influentes na definição das políticas de Saúde Mental têm vindo insistentemente a recomendar a adopção do *modelo bio-psico-social*, por ser mais abrangente e integrador do que o *modelo bio-farmacológico* até agora dominante na prática clínica.

No seguimento de uma proposta feita, há alguns anos, por Sílvio Lima (1904-1993), Professor de Psicologia da UC, às três “dimensões” referenciadas – a biológica, a psicológica e a social – deverá ser acrescentada uma quarta dimensão - a *dimensão axiológica* - respeitante aos valores e desvalores que subjazem a todas as actividades humanas e à sua avaliação. Valores e

desvalores que estão na base da diferenciação evolutiva do homem relativamente aos restantes animais superiores por intermédio das grandes construções culturais da humanidade: a Ciência, a Política, a Religião e a Arte, centradas respectivamente nos valores da Verdade, do Justo, do Bem e do Belo. Por outro lado, os valores e desvalores da *dimensão axiológica* são transversais às três outras dimensões, incidindo o processo de valoração sobre cada um dos seus estados, actividades e produções.

Na perspectiva integradora do *modelo bio-psico-socio-axiológico*, o Congresso procurou promover a articulação dos quatro eixos temáticos: da Biologia (I) à Economia da Saúde (II), e da Inserção no Trabalho (III) à Criação Artística (IV). Foi no quadro deste último eixo - a *Criação Artística* - que se considerou fazer sentido organizar uma exposição composta prioritariamente por obras de pintura e escultura de pessoas com problemas de saúde mental e que tivesse por tema orientador o persistente diálogo entre *Emoções e Razão* na criação da Arte.

Patente ao público no Convento de São Francisco em Coimbra, de 12 a 31 de Outubro de 2009, e tendo como Comissária Ana Alcoforado, Directora do Museu Nacional Machado de Castro, a *Iª Exposição Nacional de Arte Espontânea* contou com a colaboração de 38 participantes que apresentaram 54 obras de pintura, desenho, fotografia e escultura. Dois dos participantes apresentaram-se com obras da sua colecção particular e os restantes com obras realizadas em actividades de terapia ocupacional em 14 instituições de cuidados clínicos localizadas em diversos

pontos do território nacional, da Madeira ao Minho e do Minho ao Algarve, o que assegurou à exposição um carácter verdadeiramente nacional.

Iniciativa inédita no nosso país, a *Iª Exposição Nacional de Arte Espontânea* teve o apoio do Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social da UC, da Empresa Turismo de Coimbra, da Companhia de Transportes Aéreos Portugueses (TAP) e da ReCriar Caminhos, Associação de Apoio ao Desenvolvimento Vocacional, Formação e Inclusão de Pessoas com Esquizofrenia. Ao valor cultural das obras expostas acrescentou-se o valor humano de promoção e valorização das pessoas que as criaram e que aceitaram participar numa realização de inclusão social de dimensão inovadora em Portugal.

“Arte pura”, “Arte em bruto” ou “Arte espontânea”?

As pessoas que se confrontam com problemas de saúde mental manifestam, em número considerável, talentos, aptidões e gosto pela realização de trabalhos no campo genérico das “artes” (pintura, escultura, fotografia, música e poesia). No caso da presente mostra, um número significativo dos trabalhos expostos alcança níveis apreciáveis de qualidade estética. Uns mais do que outros, sem dúvida. Mas a qualidade estética revelada deve ser tanto mais reconhecida e apreciada quanto é certo que a maioria desses trabalhos foram realizados no âmbito de actividades de terapia ocupacional e de reabilitação, sem que a forma da expressão de emoções, sentimentos e vivências muito pessoais obedecesse a códigos ou a normas estéticas aprendidas em escolas de formação artística ou em convívio com mestres conceituados.

Por ausência de “oficina” ou de “cânones técnicos de escola” têm sido atribuídas designações muito diversas aos trabalhos realizados em condições similares: “arte além da Razão” (Hans Prinzhorn), “arte em bruto” ou “arte bruta” (Jean Dubuffet), “arte espontânea” e “arte de imagens do inconsciente” (Nise da Silveira), “arte virgem”, “pura arte” (Juan Mons Revilla) ou “arte pura” (Jesus De La Gândara).

Estando ainda longe de se chegar a consenso, a designação de “arte espontânea” foi aqui escolhida para identificar as produções realizadas por pessoas com problemas de saúde mental por ser ela a que melhor sublinha a característica comum de constituírem expressões de emoções, sentimentos e vivências pessoais que utilizam técnicas de produção libertas de artifícios, de modas ou de constrangimentos académicos, emergindo de um “potencial espontâneo de criatividade”.

Relações entre Criação Artística e Saúde Mental

A compreensão das relações entre saúde mental e criatividade, designadamente a criatividade dos artistas – e, de certo modo, também a de grandes cientistas – conheceu no século passado avanços significativos, designadamente a partir dos estudos de Freud sobre os processos de elaboração simbólica do inconsciente, de Ribot sobre a imaginação criadora e de Prinzhorn sobre as potencialidades terapêuticas do acto criador.

Pelas subtilezas da sua sensibilidade, pelo modo especial como vêem o mundo e como exprimem as vivências que o mundo lhes suscita ou ainda pela riqueza inquietante da sua imaginação criadora, os artistas são frequentemente considerados como pessoas diferentes das pessoas “normais”. E a diferença sempre causou estranheza. Daqui que os artistas sejam vistos como pessoas invulgares, próximas dos



gênios ou dos *doentes mentais*, que uma terminologia em desuso apelidava de *loucos*.

Por outro lado, são conhecidos os casos de grandes criadores em diversas modalidades de expressão artística que sofreram de perturbações psicológicas graves, e cujas obras têm a “marca” da patologia que os atingiu. Basta lembrar Schumann na música, Antero de Quental e Mário de Sá-Carneiro na literatura, e Van Gogh na pintura. Entre a predisposição para a criação artística e a predisposição para certas formas de doença mental, alguma “zona de proximidade” ou de “confluência” é suposto existir, embora seja ainda insuficientemente esclarecida. É verosímil que, envolta no fundo caótico das emoções, a busca de uma modalidade de expressão comunicativa gere nalguns artistas uma tensão emocional dificilmente regulável pela Razão.

Ao aconselhar os candidatos a poetas a *Transformar a Dor num Poema*, Goethe, um dos expoentes máximos da poesia alemã, considerou que a dor ou o sofrimento psíquico pode constituir fonte de criação artística por intermédio de um processo de transformação de um feixe de emoções negativas numa produção que simbolicamente as transmute numa nova configuração de emoções positivas. Configuração de emoções positivas que é apreciada não apenas pelo autor, mas também por quem ouve ou observa a nova obra de arte. O processo de criação artística terá por via desta elaboração simbólica um poder reparador, uma força regeneradora ou uma capacidade curativa. A elaboração simbólica das emoções constitui o “processo – chave” pelo qual a Razão as ilumina, dando-lhes um outro sentido e permitindo, assim, um distanciamento superador e uma convivência mais salutar entre Emoções e Razão.

O poder de transformação da dor, do sofrimento psíquico, da tensão ou do conflito num estado de superação ou de libertação emocional, por intermédio da elaboração simbólica que toda a obra de arte, em maior ou menor grau, comporta, é próximo do

processo psicológico que Aristóteles designou por *catarse*, referindo-se à “purificação” emocional que é frequentemente testemunhada por quem assiste à representação das grandes tragédias gregas, as quais, na continuidade de certas narrativas míticas, se reportam às condições universais, agónicas e simultaneamente esperançosas da existência humana.

Tendo a sua raiz na fragilidade da condição humana e na necessidade da sua superação, a Arte constitui “sinal de insatisfação” e simultaneamente “sinal de perfectibilidade” do Homem, desejo e vontade de aperfeiçoar defeitos e de transcender limitações. Na universalidade e nas singularidades pessoais das suas manifestações, a Arte convida-nos não apenas à admiração e contemplação estética, mas sobretudo a uma vivência diferente das situações reais, lançando-nos um apelo, simultaneamente emocional e racional, a uma reconversão do olhar, a uma alteração do modo de ver e de valorizar o Mundo, o Homem e a Vida. É por este apelo à mudança e à renovação da Vida que a Arte é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento pessoal e cultural do Homem.

1) Com breves desenvolvimentos de conteúdo e aperfeiçoamentos de natureza formal, o presente texto reproduz a Apresentação do Catálogo da *1ª Exposição Nacional de Arte Espontânea*.

* Professor Aposentado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra



Em torno da figura de João de Ruão

João de Ruão archyteto

Carlos Ruão *

Ninguém marcou com maior fulgor o Renascimento em Coimbra como João de Ruão (1500-1580). O seu lugar no panteão da Escultura em Portugal é inquestionável e a sua arte e *oficina* fixaram um estilo escultórico e ornamental inconfundível e identificável em toda a região durante mais de um século posterior à sua morte. Não obstante, reduzir Ruão a um brilhante mestre *imaginário* é uma visão limitada do seu papel como artista moderno consciente dos valores artísticos do seu tempo. São conhecidas as referências documentais ao mestre como “*archyteto*” mas mais relevante do que esse pioneirismo no uso da nomenclatura, quando confrontados com a obra que tomou a seu cargo, facilmente se demonstra que o seu espectro artístico foi bem mais abrangente. Atentemos, em primeira instância, à sua especialização como *arquitecto de retábulos*, noção essencial para uma percepção mais alargada da sua mais valia arquitectónica. Não obstante a sua qualidade no esculpir imagens de vulto redondo e em relevo, os seus espectaculares cenários retabulares foram a sua imagem de marca, criando tipologias repetidas por discípulos e mestres que contactaram, directa e indirectamente, com a sua *oficina*. Ruão sintetiza em estruturas monumentais, primeiro na Sé da Guarda e depois na *Capela do Santíssimo Sacramento da Sé Velha de Coimbra* (foto) toda a sua obra artística – escultórica e arquitectónica. A dicotomia entre a Arquitectura e a Escultura é uma constante nas obras máximas do mestre normando, mas não devemos entender as suas estruturas cenográficas, pensadas como se funcionassem como um palco para a *ima-*

ginária, fora do seu esqueleto arquitectónico. Obra máxima da sua carreira como escultor e arquitecto, a *Capela do Santíssimo Sacramento da Sé Velha* (1566) é acima de tudo uma obra de arquitectura para a qual Ruão projectou um semi-círculo alongado, corpo altimétrico suportando a estrutura retabular de dois registos e cúpula hemisférica coroada por lanternim. O exterior revela de forma clara o corpo circular da capela e a sua estrutura arquitectónica.

Alinhado com a cultura humanista da época, João de Ruão foi, como poucos, um cultor vanguardista da planta centralizada, símbolo da perfeição para o Alto Renascimento – o círculo como formalismo puro e universal. Obra-prima da designada *primeira fase* da sua obra, o *Templete do Claustro da Manga de Santa Cruz de Coimbra*, edificado na década de 30, é uma verdadeira pérola do renascimento português, desenho em tudo original e acerca do qual ainda hoje se tenta encontrar o modelo directo de inspiração – sendo que o seu significado poderá passar por uma *fons vitae* pétreo. O projecto é de uma harmonia planimétrica única com templete central com colunas coríntias de fuste liso unido por arcos botantes de sabor medievo a quatro capelas oratórias.

Na mesma década, e também para Santa Cruz de Coimbra, projectará o *Convento de São Salvador da Serra do Pilar*, em Gaia, obra iniciada por Ruão e Diogo de Castilho em 1537. Mesmo sabendo que a actual igreja é de construção posterior – sendo que o claustro foi edificado segundo o risco original – a



existência de um projecto primitivo que comportava uma dupla-rotunda foi certamente devedor à *escola coimbrã*, sendo Ruão o único com antecedentes e precedentes tipológico-arquitectónicos na sua biografia. Nesta linha de pensamento, o seu nome é hipótese primeira para a autoria da *Capela dos Reis Magos do Mosteiro de São Marcos* (1574). Se tomarmos a execução material do desenho arquitectónico, uma vez mais estamos na presença de uma planta centralizada, quadrangular, rematada por cúpula hemisférica suportada por triângulos esféricos e por uma altimetria e ornamentação bem dentro dos cânones ruanescos.

Por último, refira-se ainda que grande parte da documentação conhecida o relaciona com projectos arquitectónicos em muitos dos quais se destaca como projectista. Em jeito de breve mas substantiva súpula tome-se em linha de conta os seguintes exemplos: com a data de 1528, o *Portal da Igreja da Atalaia* é a sua primeira obra no nosso país, trabalho magnífico inspirado nos modelos antigos dos arcos triunfais romanos e do qual o primeiro registo da *Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra* (1530) será uma réplica mais elaborada deste modelo. No que respeita à *Porta Especiosa*, a opinião da historiografia artística portuguesa parece ser consensual no atribuir a mestre Ruão o desenho que revela a sua marca e engenho, representando em pedra calcária uma estrutura arquitectónica e cenográfica inspirada na arquitectura efémera. A *Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja Paroquial de Cantanhede* – onde Ruão se encontra documentado a 1542 – denota em toda a sua extensão a mão e qualidade do mestre francês e sua *oficina*. Pela documentação de 1546 e 1549 não restam dúvidas que o projecto inicial da *Misericórdia de Coimbra*, sita originalmente na baixa da cidade, foi igualmente de sua autoria, incorporando a obra intestina da capela, a parafernália retabular (1557) e a célebre *varada* ou *loggia*, que se pode contemplar numa gravura impressa em Colónia em 1572. A documentação referente ao *Colégio das Artes*, reformulado a partir de 1548, é igualmente taxativa e identifica o *debuxo* de Ruão,

incorporando duas varandas ou câmaras sobrepostas que organizavam todo o espaço arquitectónico interior. O longo e acidentado trabalho na *Igreja do Salvador de Bouças*, em Matosinhos, através dos contratos assinados com a Universidade de Coimbra, projecto de reconstrução iniciado em 1559 e concluído pelo discípulo Tomé Velho (1579), apesar da profunda reforma posterior, revela ainda visível a estrutura da arcaria jónica das naves no interior do templo, claramente identificável com a escola ruanesca.

O mesmo se passa com a *Capela do Tesoureiro de São Domingos de Coimbra*, edificada depois de 1558 e acerca da qual existem pagamentos ao mestre em 1565 no que respeita à capela e retábulo. O *Hospital Real de Coimbra*, fundado em tempos de D. Manuel foi, segundo contrato de 1567 celebrado com Bernardim Frade e António Fernandes, realizado segundo a *traca e debuxo que pera isso fez Juam de Ruam* e onde a estrutura original, apesar de muito modificada, ainda se pode observar na Praça Velha, com andar térreo com arcaria e colunas dóricas e um andar nobre com sacadas, algumas delas já do século XVII. De alguma maneira simbólica é, nesta circunstância, e segundo documento revelado recentemente por António Filipe Pimentel, a *trasa e debuxo que fez Jº de Ruão* para a edificação da *Torre da Universidade de Coimbra* (1561), modelo anterior a esse verdadeiro ex-libris da casa da sabedoria da cidade.

João de Ruão foi um dos primeiros mestres portugueses a representar, mais ou menos fielmente, aquilo que se designa historiograficamente por *artista-arquitecto*. Não foi apenas um brilhante modelador de esculturas em calcário ou um hábil mestre de *oficina*. Artista do seu tempo, multi-facetado e multi-disciplinar, conseguiu emular os grandes mestres renascentistas europeus que tanto debuxavam micro-arquitecturas em estruturas retabulares como projectavam edifícios inteiros, consciente que na essência da sua arte estava a eterna lei do *debuxo*.

*Doutorado em História da Arte pela Universidade de Coimbra

Secção de Fotografia da AAC

Génese

Incentivados pelas Direcções-Gerais da Associação Académica de Coimbra (AAC), presididas por Humberto Martins e, posteriormente, Victor Hugo Salgado, um grupo de estudantes, em colaboração com profissionais da fotografia, organizou-se e elaborou um projecto para a criação de uma futura Secção de Fotografia na AAC.

Em 2005, designados por Grupo de Fotografia, uma equipa auxiliada pelo fotógrafo Paulo Abrantes realizou diversas actividades e desenvolveu interessantes parcerias com as sucessivas Direcções-Gerais. Também nesta fase foi fundamental o impulso da Comissão Executiva do Conselho Cultural.

Este grupo de trabalho apresentou regularmente actividades, sendo que em Novembro de 2006, por unanimidade, o Conselho Cultural da AAC reconheceu a Pró-Secção de Fotografia. Motivada por este reconhecimento, a Pro-Secção trabalhou ainda com mais vigor e, em Dezembro de 2007, o Conselho Cultural da AAC votou favoravelmente a criação da Secção de Fotografia, sendo esta a 16ª secção cultural da AAC, colmatando a ausência da arte fotográfica na maior e mais prestigiada associação de estudantes do país.

Desde o início teria sido difícil concretizar os objectivos propostos sem o apoio das sucessivas Comissões Organizadoras da Queima das Fitas, Comissões Executivas do Conselho Cultural e Direcções Gerais da AAC.

Objectivos

A Secção de Fotografia da AAC pretende promover e divulgar a Fotografia inserida nas novas tecnologias e nos diversos processos analógicos, nas suas vertentes teórica e prática, com uma orientação fundamentalmente formadora e estruturante no valor que a Fotografia ocupa nas suas diversas linguagens e

técnicas. Aberta ao diálogo e à livre troca de ideias e opiniões, numa lógica que se pretende pluridisciplinar, fundamenta toda a sua actividade na dinâmica da Academia de Coimbra e da cidade.

Desenvolver actividades pedagógicas e acções de formação sobre os diversos géneros e linguagens fotográficas, realizar documentações fotográficas dos eventos promovidos na AAC, apoiar a organização de actividades fotográficas realizadas por outras entidades da Academia e colaborar com todos aqueles que pretendam contribuir para a imagem da AAC, e da cidade de Coimbra, são os grandes objectivos da mais jovem secção cultural da AAC.

Das diversas actividades expositivas são de realçar as participações na Semana Cultural da Universidade de Coimbra e Bienal de Porto Santo. Nestes prestigiados eventos os alunos dos cursos de fotografia tiveram a possibilidade, e a oportunidade, de mostrar os seus primeiros trabalhos, revelando um pouco a identidade da secção e o olhar pessoal de cada elemento.

Para o ano de 2010, a motivação e a esperança de serem melhoradas algumas condições de trabalho, nomeadamente a conquista de uma sala condigna, serão fundamentais para executar uma programação assente em cinco áreas: formação, banco de imagens (sua conclusão e colocação on-line), exposições, edição/publicação e fotografia solidária.

Com praticamente dois anos de existência, em Novembro de 2009, a Secção de Fotografia da AAC foi distinguida como *Secção do Ano* na Iª Gala António Luís Gomes, prémio atribuído à secção que mais se distinguiu das restantes pela sua actividade.

* A Secção de Fotografia da Associação Académica de Coimbra

1910, os Grandes Armazéns do Chiado em Coimbra

Raquel Magalhães *

Durante a primeira década do século XX os Grandes Armazéns do Chiado (GAC) lisboetas, pertencentes à empresa Nunes dos Santos e Comp^a, afirmaram-se como uma das maiores empresas de venda a retalho portuguesas implementada em todo o território. Para além da sede, instalada no edifício do Barão de Barcelinhos, localizado na zona nobre da capital, a Baixa / Chiado, os GAC tinham, em 1910, filiais em várias cidades da “província”. As primeiras agências abriram em Coimbra e Porto em 1906. Em Coimbra, as instalações provisórias localizaram-se na Rua Ferreira Borges, artéria central, onde em 1909 foi adquirido um edifício tendo em vista a sua adaptação para aí estabelecer uma sucursal com a dignidade que a cidade merecia.

Seguindo a divisa “ganhar pouco servindo bem o público”, os GAC vendiam de tudo, evitando o cliente “a maçada de andar de lado para lado” conforme anunciava a publicidade. Inspirados nos modelos parisienses, os GAC alteraram e modernizaram o comércio democratizando o acesso a produtos de moda, generalizando modelos de vestuário e de gosto através da utilização da publicidade e da edição e distribuição de catálogos. Os grandes armazéns faziam saldos, ofereciam brindes, definiam tendências, alternavam colecções consoante as estações e renovavam a decoração das montras. Os produtos tinham preços fixos e mais baratos porque eram adquiridos directamente às fábricas ou produzidos em oficinas próprias. Anualmente, editavam-se agendas de família que forneciam informações abrangentes, desde

questões domésticas a legislação, passatempos e até plantas de casas de espectáculo, divulgando também dados relevantes da história da própria empresa e das filiais. Observando a agenda de 1915 – que divulga fotografias do interior e exterior das várias agências do país – podemos concluir que as filiais se instalaram quase todas em edifícios pré-existentes, que mantiveram as suas características exteriores, sendo efectuadas alterações ao nível do interior com o objectivo de abrir espaços amplos para uma melhor exposição dos produtos. Neste sentido foram utilizadas estruturas metálicas em substituição de paredes.

Os edifícios do Porto, Coimbra e Évora terão sofrido alterações mais marcantes ao nível da fachada e mesmo do interior. Relativamente à sucursal do Porto foram abertas montras ao nível do piso térreo, numa perspectiva moderna de expor os produtos e simultaneamente permitir o aproveitamento da luz natural. Relativamente ao seu interior, este era constituído por estruturas metálicas que permitiam espaços amplos e coberturas envidraçadas, cuja inspiração nos grandes armazéns parisienses é evidente, apesar do seu condicionamento à escala do país e da cidade. Coimbra e Évora são dois casos inseparáveis pelas semelhanças que apresentam. Nestes dois edifícios, a empresa desejou deixar bem evidente a marca da sua modernidade. Assemelhavam-se na tipologia dos elementos decorativos e na respectiva utilização do ferro e do vidro na fachada. O edifício de Évora foi destruído em 1952.

Em Coimbra, a inauguração das novas instalações dos Grandes Armazéns do Chiado foi anunciada na imprensa nacional e local, enaltecendo-se a “originalidade da frontaria”, a “iluminação feérica de todo o estabelecimento” a “vastidão das suas montras”, o “arrojo e espírito de iniciativa”, e a “largueza de vista” do seu gerente e proprietários (*Defeza*, 22 de Abril de 1910). Este acontecimento contou com a presença de várias autoridades e jornalistas, sendo saudados os responsáveis pela “novas e sumptuosas instalações” cuja fachada esteve iluminada durante parte da noite, tocando em frente ao estabelecimento a Filarmónica dos Órfãos (*Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1910). A empresa estava consciente do impacte que o seu novo

edifício teria mas nunca revela, nas várias informações que disponibiliza – quer na imprensa quer nos seus documentos de divulgação (as agendas e catálogos sempre tão completos e informativos) –, a sua autoria ou o responsável pela construção. Parece-nos que esta informação constitui um dado por si só, ou seja, o autor não era conhecido, não representava uma mais valia para a empresa pelo que o que interessava era associar a modernidade do edifício à marca Grandes Armazéns do Chiado.

O projecto do edifício foi localizado recentemente encontrando-se a memória descritiva assinada por A. S. Correia, que pressupomos ser Alberto de Sá Correia, técnico de engenharia (conductor de obras)



da Câmara Municipal de Lisboa. Sobre este autor encontramos-nos neste momento a recolher informação, mas sabemos que nasceu em 1874 e morreu em 1937, e trabalhou em conjunto com o Engenheiro Silva Pinto no levantamento da planta da cidade de Lisboa entre 1904 e 1911. Conforme as palavras do próprio autor, as alterações ao edifício pré-existente tinham como objectivo instalar a agência em “(...) edifício apropriado, no qual a par do espaço essencial ao commercio, exista igualmente toda a comodidade para o publico”, sem contudo “(...) descuidar a esthetica e apesar das condições económicas a que foi forçoso nos subordinarmos (...)”. Esta alteração uniu o edifício principal às construções anexas nas traseiras, prevendo no espaço do pátio ou saguão central a execução de uma escadaria coberta por uma clarabóia. As duas lojas que existiam no rés-do-chão foram unidas num único piso térreo que integrou também as sobrelojas, permitindo desta forma o aumento do pé direito. Tendo como objectivo a criação de espaços amplos – assim como a rápida adaptação da antiga à nova construção – foram utilizadas estruturas metálicas, pré-fabricadas, que substituíram antigas paredes. As alterações apenas foram efectuadas no piso térreo, ficando quase iguais o primeiro, segundo e terceiro pisos, com excepção da fachada. A renovação da fachada constituiu a grande alteração desta obra e um dos seus principais objectivos. O edifício anterior tratava-se de um tradicional prédio em alvenaria com vãos orlados em cantaria cujo projecto previa que se transformasse numa moderna frontaria com amplas montras no rés-do-chão e os andares superiores revestidos com grelhas preenchidas com pranchas de vidro

e varandas decoradas com motivos geométricos e vegetalista em ferro cujo dinamismo do traço imprimia um certo movimento orgânico Arte Nova. Efectivamente, conferir modernidade e originalidade à fachada era o objectivo fundamental da adaptação, para além da abertura dos já referidos, espaços amplos. A pala decorada com elementos de inspiração Arte Nova convidava os transeuntes a apreciarem as montras abrigados do sol e da chuva.

O projecto inicial sofreu algumas alterações em obra, nomeadamente no interior, onde se optou por construir apenas a escadaria lateral, desistindo-se da central prevista, assim como nos elementos decorativos do exterior, nos quais se verificou uma maior rigidez e estilização dos motivos. Numa primeira fase, o estabelecimento funcionava apenas no piso térreo sendo ampliado para os pisos superiores, em 1921, utilizando-se o mesmo esquema de substituição de paredes por estruturas metálicas.

Enquadrado num contexto de grandes mudanças e novos paradigmas inaugura em Coimbra, em 1910, ano da implantação da República, o primeiro “centro comercial” da cidade que introduziu um novo modelo de consumo, de progresso e modernidade que ficou marcado e materializado na tipologia arquitectónica do Edifício Chiado, no qual se encontra actualmente instalada a colecção de Arte Telo de Morais que integra o Museu Municipal.

* Divisão de Museologia da Câmara Municipal de Coimbra



A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos – – Evocação e Homenagem

Maria Manuela Gouveia Delille *

A presente exposição – patente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (UC), na Sala de S. Pedro, entre 12 de Novembro e 18 de Dezembro de 2009 – não surgiu como iniciativa desgarrada, antes se insere num projecto mais vasto, de carácter interdisciplinar, intitulado *Carolina Michaëlis (1851-1925) – Joaquim de Vasconcelos (1849-1936): um Encontro de Culturas e de Saberes*, cujos trabalhos preparatórios se iniciaram em meados de 2008. Nessa altura, Carlos Michaëlis de Vasconcelos, bisneto dos homenageados, acompanhado por Luís Cabral, representante da Câmara Municipal do Porto (Pelouro da Cultura, Lazer e Turismo), vieram a Coimbra convidar-me para com eles participar na coordenação de um Projecto sobre Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos, com o objectivo de dar a conhecer melhor a vida e a obra de duas figuras que, muito tendo amado as Artes e as Letras, influenciaram e marcaram profundamente a vida científica, artística e cultural da sociedade do seu tempo, não apenas nos espaços em que viveram, no Porto e em Coimbra, mas também a nível nacional e internacional. Começámos então a gizar um plano de trabalhos em que rapidamente se procurou integrar as Faculdades de Letras de Coimbra e do Porto, o Instituto de Língua e Literatura Portuguesas “D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos” da Faculdade de Letras da UC, a Biblioteca Geral da UC,

a Biblioteca Municipal do Porto, assim como vários Centros de Investigação das duas Faculdades.

As realizações públicas do Projecto decorreram desde 19 de Outubro de 2009, data em que foi inaugurada, no palacete dos Viscondes de Balsemão da Câmara Municipal do Porto, a primeira exposição que planeámos. Intitulada *Lugares de Carolina Michaëlis e de Joaquim de Vasconcelos*, nela se recolheram, através da objectiva do fotógrafo Luís Neves, imagens dos principais lugares associados à vida de Carolina Michaëlis e de Joaquim de Vasconcelos, sobretudo no Porto, mas também em Coimbra e em Lisboa.

Seguiu-se, a 12 de Novembro, na Biblioteca Geral da UC, a inauguração da exposição bibliográfica e documental dedicada àquela que foi a primeira Doutora em Letras e a primeira Professora, a todos os títulos insigne, da nossa Escola, onde leccionou desde Janeiro de 1912, isto é, desde o primeiro ano lectivo da então recém-criada Faculdade de Letras, até Fevereiro de 1925, ano em que veio a falecer.

Entre 19 e 21 do mesmo mês realizou-se, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e na Fundação Eng.º António de Almeida daquela cidade, o *Colóquio Internacional – Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: a sua Projecção nas Artes e nas Letras Portuguesas*, tendo sido inaugurada ao final da tarde do dia 19, na Bibliote-



ca Municipal do Porto, a terceira exposição, igualmente de carácter bibliográfico e documental, sob a epígrafe *Joaquim de Vasconcelos, Homem de Cultura*.

Para além das realizações públicas que acabo de enunciar, encontram-se em curso, na UC, no âmbito deste projecto, três subprojectos destinados a preservar a memória da obra de Carolina Michaëlis e de Joaquim de Vasconcelos e a fornecer as necessárias bases para futuros trabalhos de investigação. São eles:

1. Organização, tratamento técnico-documental, digitalização e produção de um catálogo impresso e electrónico da biblioteca pessoal de Carolina e Joaquim de Vasconcelos existente na Faculdade de Letras da UC (com o apoio da Faculdade de Letras da UC, do Centro de Investigação em Estudos Germanísticos, do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, do Centro de Literatura Portuguesa e da Biblioteca de Estudos Portugueses “D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos”);

2. Organização e classificação do espólio e, dentro deste, do epistolário de Carolina Michaëlis de Vasconcelos pertencente à Biblioteca Geral da UC (com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Biblioteca Geral da UC, e a colaboração dos Centros acima mencionados, bem como do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, do Centro Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, e do Centro de Linguística da Universidade do Porto);

3. Levantamento completo e tradução dos escritos camonianos em língua alemã de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, tornando-os assim acessíveis aos investigadores portugueses (colaboração do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e do Centro de Investigação em Estudos Germanísticos). Trata-se, portanto, de um projecto abrangente e

multifacetado, que se irá prolongar por todo o ano de 2010, no decorrer do qual contamos também publicar um catálogo completo da exposição sobre a vida e a obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos; naquele que se distribuiu no dia da inauguração, precisamente por ter de estar pronto nessa data, apenas houve espaço para integrar o roteiro biobibliográfico destinado a orientar a visita e as peças bibliográficas e documentais expostas nas vitrines no interior da sala; os painéis verticais e horizontais, que completaram, de forma tão rigorosa quanto possível, a mostra bibliográfica das vitrines e ilustraram alguns factos e eventos da vida e do currículo científico de Carolina Michaëlis, assim como a bibliografia passiva do espaço vestibular e os conteúdos dos apontamentos multimédia, já não puderam ser incluídos.

Dividida em três grandes períodos – *Anos de Berlim (1851-1876)*, *Anos do Porto (1876-1912)* e *Anos de Coimbra e do Porto (1912-1925)* –, a Exposição apresenta como mote a resposta de Carolina Michaëlis de Vasconcelos a um dos muitos pedidos de notas autobiográficas que jornalistas lhe faziam nos últimos anos de vida: “Não tenho biografia. Gastei a minha vida a estudar: *In angello cum libello*”. É claro que a resposta constitui, até certo ponto, um *topos modestiae* ou, se quisermos, um lugar-comum retórico, repetido desde a Anti-

guidade por vários autores, sejam eles artistas ou cientistas. Por muito que tal afirmação contenha de verdade, não a podemos totalmente tomar à letra, e a presente exposição, ao arrepio desta declaração michaeliana, pretende demonstrar que, por detrás da obra verdadeiramente monumental, gigantesca, que D. Carolina como filóloga de dimensão nacional e internacional nos legou, houve uma vida surpreendentemente rica em experiência humana e afectiva, de uma mulher que não se confinou ao seu gabinete de trabalho, mas que se dedicou à família e aos amigos e que também soube inserir-se, como cidadã activa, na sociedade do seu tempo, designadamente através dos esforços desenvolvidos em prol da instrução da mulher e da criança.

Diga-se, por fim, que tanto na obra científica que construiu, como na actividade docente desenvolvida na UC, e na actividade cívica em que se empenhou, Carolina Michaëlis agiu sempre como mediadora entre duas culturas, a cultura germânica e a cultura neolatina, e como mediadora entre duas pátrias, a de origem e a de adopção.

* Professora jubilada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra





Título A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos: Evocação e Homenagem. Exposição Bibliográfica e Documental;
Organização Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; **Coordenação Científica** Maria Manuela Gouveia Delille; **Catálogo** Isabel João Ramires; **Design** António Barros; **Infografia • Exposição** Sérgio Brito • UC • Gabinete de Comunicação e Identidade; **Infografia • Catálogo** Carlos Costa • Imprensa da Universidade de Coimbra; **Infografia • Materiais de divulgação** Maria João Freitas • UC • Gabinete de Comunicação e Identidade; **Apontamentos Multimédia** Clara Almeida Santos • Secção de Comunicação do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da FLUC; **Colaboração Externa** Carlos Michaëlis de Vasconcelos, Gabriele Beck-Busse • Universidade de Marburgo; **Apoios** Reitoria da Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pfi Informática, Lda.

Breves

Boaventura de Sousa Santos condecorado pelo governo brasileiro

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos foi agraciado pelo governo brasileiro com a Gran-Cruz da Ordem do Mérito Cultural de 2009, condecoração entregue numa cerimónia que decorreu no Rio de Janeiro, a 25 de Novembro último. No discurso de aceitação da condecoração, então lido, Sousa Santos referiu-se-lhe como sendo “uma das surpresas mais agradáveis da minha vida profissional”, além de salientar a importância da permanência na favela do Jacarezinho, durante alguns meses de 1970, a propósito da preparação da sua tese de doutoramento. Essa acção possibilitou-lhe contactar com uma realidade que viria a marcar o seu percurso pessoal: “aprendi no Jacarezinho que há muito conhecimento para além do que é produzido pelos académicos e muita sabedoria vinda daqueles que a sociedade considera analfabetos.”

Atribuída a personalidades e instituições pelas suas contribuições à cultura brasileira e mundial, este galardão foi criado em 1995 e é a mais alta insígnia atribuída pelo governo brasileiro. Personalidades como o arquitecto Óscar Niemeyer ou o escritor Jorge Amado são alguns nomes já distinguidos, numa lista onde podem encontrar-se ainda o filósofo Agostinho da Silva e Maria João Bustorff, ex-ministra da cultura. Director do Centro de Estudos Sociais (CES) e do Centro de Documentação 25 de Abril, instituições da Universidade de Coimbra, na sua actividade enquanto sociólogo Boaventura de Sousa Santos é um dos principais promotores e participantes do Fórum Social Mundial, e tem trabalhado com várias instituições académicas e estatais brasileiras, tendo desenvolvido esforços com vista à fundação do Observatório

da Justiça Brasileira, estrutura criada na sequência de contactos entre o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, sediado no CES, e o Ministério da Justiça Brasileira. Por outro lado, “uma parceria entre o CES e a Universidade Federal de Minas Gerais contribuiu para a criação do CES-América Latina, instituição científica inspirada no modelo do CES-Coimbra, e para o estabelecimento do primeiro doutoramento internacional do CES”.

Ao longo da sua carreira acumulou vários prémios e distinções, atribuídos por órgãos de soberania e instituições portuguesas, brasileiras, venezuelanas e mexicanas. Em 2009 foi igualmente distinguido com o Prémio Adam Podgórecki, atribuído pela Associação Internacional de Sociologia.

Actualmente é catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e professor visitante da Universidade de Wiconsin-Madison, da London School of Economics, da Universidade de São Paulo e da Universidade de Los Andes.

Departamento de Arquitectura da UC reflectiu sobre a Alta de Coimbra

Com o objectivo de promover a reflexão e o debate em torno de distintas hipóteses de transformação do tecido urbano da Alta de Coimbra, o Departamento de Arquitectura, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, foi responsável pela exposição “Visões Urbanas para a Alta de Coimbra” que, entre 29 de Outubro e 8 de Dezembro de 2009, esteve patente na Sala de Exposições Temporárias do Museu Nacional de Machado de Castro.

Partindo da proposta dos docentes do Curso de Mestrado Integrado de Arquitectura, 5º Ano, Projecto V, Rui Lobo, João Paulo Cardielos e Nuno Grande, sob a coordenação de Gonçalo Byrne, um conjunto de desenhos, visões simuladas e maquetas a várias escalas, cujos conteúdos resultaram de propostas académicas desenvolvidas por finalistas do curso, estiveram disponíveis para análise pública. Tendo trabalhado em torno de três vertentes temáticas – a re-funcionalização dos espaços da Alta Universitária; o reenquadramento dos Jardins Urbanos da Alta; a re-funcionalização urbana dos espaços da Penitenciária de Coimbra e do Quartel de Santana, com vista à instalação de um “Cluster Cultural” em Coimbra - procuraram apresentar-se propostas que servissem como ponto de partida para o desenvolvimento de um debate alargado em torno da gestão da cidade e da Universidade.

Nesse sentido, esta mostra motivou igualmente um ciclo de debates – “Cidade e Universidade: Candidatura a Património UNESCO”, “Transformar a Alta Universitária”, “Transformar os Jardins e Espaços Públicos da Alta de Coimbra” e “Transformar a Acrópole da Penitenciária de Coimbra” – que contaram com a participação de personalidades como Fernando Seabra Santos, Raimundo Esteves da Silva, Nuno Ribeiro Lopes, Gonçalo Byrne, Helena Freitas, José Reis e Abílio Hernandez Cardoso, cujas intervenções possibilitaram a articulação de realidades subjectivas, além da justaposição de experiências, sensações e significados diversificados.



Da semente ao fruto

Ricardo Martins *

Futebol de Causas é um documentário cinematográfico que pretende informar, preservando para memória futura, o papel desempenhado pelos jogadores da Secção de Futebol da Associação Académica de Coimbra (AAC) nas crises académicas da década de 1960. Assim, os principais destaques da narrativa são os anos de convulsão estudantil 1962 e 69, os quais se complementam com o episódio de 1974, em que, como consequência da revolução de 25 de Abril e os seus valores condutores, a Secção de Futebol da AAC é extinta.

A narrativa de *Futebol de Causas* estende-se ao longo de 70 minutos sustentada nas entrevistas dos principais personagens históricos e enredada e ilustrada por imagens de época e de arquivo, de onde se destacam as fotografias da Coleção Formidável – Imagoteca da Câmara Municipal de Coimbra, e das sequências de vídeo do arquivo de imagens da Rádio Televisão Portuguesa (RTP). Destaco os contributos de viva voz dos principais actores históricos, como Alberto Martins e Celso Cruzeiro, da análise e interpretação de Laborinho Lúcio, ou o testemunho dos jogadores Mário Wilson, José Belo, Mário e Vítor Campos, Mário Torres, Rui Rodrigues, Jorge Humberto e, também, Manuel António, o melhor marcador do Campeonato Nacional em 1969, superando Eusébio.

Com este documentário, o meu objectivo como realizador foi relevar historicamente o contributo incontornável e decisivo dos jogadores de futebol da Académica nas contestações estudantis e o seu impacto e influência na revolução dos cravos. Ino-

centemente, quando me propus desenvolver este projecto, estava longe de adivinhar e de imaginar o impacto que iria ter. Admito que parti para o projecto com a sensação que seria um marco simbólico e de espólio importante para a Académica, mas apenas isso. Longe de mim imaginar que estaria a trilhar por campos virgens, muito menos que estava a preencher lacunas históricas no que toca à antecâmara do 25 de Abril. Inicialmente, pretendia fazer apenas uma certa justiça histórica aos jogadores e divulgar as acções, atitudes e carácter destes homens e a forma como se posicionaram, pessoal e politicamente, nas crises académicas e, no fundo, procurar comprovar de certa forma a minha teoria do seu contributo, mais directo ou indirecto, para o abrir de mentalidades do povo português para a realidade social, económica e política do nosso país então pastoreado a chicote por um regime inflexível.

Num país amordaçado pela censura, marcado por taxas de analfabetismo gritantes, era a voz dos estudantes que mais se fazia ouvir. Aproveitando as condições únicas da cidade de Coimbra, os estudantes absorviam, nas suas práticas quotidianas, as vantagens de terem acesso à informação, ao ensino e à cultura, mas principalmente por estarem inseridos numa comunidade numerosa, jovem e socialmente democrática, o que proporcionou aos estudantes a troca de experiências, conhecimentos e ideias, a que de outra forma não poderiam aceder no seu processo de crescimento como Homens e sujeitos pensantes. Coimbra gozava de condições ímpares

na realidade ditatorial do país e afigurava-se como uma verdadeira ilha de liberdade. Neste contexto, também os próprios jogadores da Académica eram estudantes e acediam a todo o processo de enriquecimento pessoal e colectivo que os estudos, e o convívio, lhes proporcionavam e que contribuía para o seu posicionamento social e político activo e a sua afirmação pessoal como “intelectuais”. Deste modo, não admira a forma cúmplice como os jogadores se foram posicionando activa e solidariamente ao lado dos seus colegas nas suas disputas e reivindicações nos mais diversos episódios da luta estudantil.

Reconheço que a motivação que me fez arrancar com o projecto era mais académica e menos académica. A semente foi lançada logo nos primeiros jogos a que assisti, ainda criança, em que percebi que a Académica era de facto uma instituição diferente. Mas, diferente porquê? Foi em busca dessa resposta que me debrucei ao longo da adolescência e juventude e que procuro, em parte, responder com o *Futebol de Causas*. A preparação e a investigação prévias iniciaram-se no final de 2004 e a primeira pedra da feitura do documentário foi lançada em Outubro de 2008. Entretanto fui confrontado, ao longo do processo, com a dura realidade da finitude da vida dos agentes históricos. Vi partir, com muita tristeza, figuras com quem contactei, privei e que se preparavam para dar também o seu contributo; casos de Carlos Alinho, Ernesto, Carlos Candal, João Mesquita – este último destacaria por todas as lições éticas e modo de estar que me ofereceu nos últimos anos – e Gervásio, capitão da *Briosa* na final da Taça de 1969.

A recolha de elementos factuais, que servissem de sustentabilidade à tese a apresentar, teve as mais diversificadas proveniências, como a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, passando pela internet, a Imagoteca da Casa Municipal da Cultura de Coimbra, fotógrafos tradicionais da baixa de Coimbra, e, naturalmente, o arquivo da RTP.

A minha principal ferramenta de trabalho passou a ser o livro *Académica: História do Futebol* de João

Santana e João Mesquita, frequente acompanhante debaixo do braço para onde quer que fosse. No que toca ao cinema, a minha experiência passava apenas por uma figuração especial num filme do cineasta António Ferreira. De resto, no que toca a realização, a minha experiência era nula. Lembrei-me então de apresentar a ideia ao António e esperar que ele estivesse disposto a assumir a realização. Foi o próprio que me sugeriu que fosse eu mesmo a realizar, enquanto ele assumia a produção e execução, disponibilizando-me para o efeito todos os meios. Foi a primeira vitória do documentário. O selo ZED Filmes era a garantia que a expedição ia chegar a bom porto. Não é fácil partir para o terreno com a tarefa de compilar os materiais para uma obra desta envergadura. Apesar de, em regra geral, toda a gente ter sido muitíssimo prestável e atenciosa, não me furtei das desconfiças e suspeições iniciais que qualquer desconhecido, e acima de tudo jovem, está sujeito numa iniciativa destas. Terá mesmo sido essa a principal dificuldade com que deparei em todo o processo. Até conseguir alguma credibilidade das diversas entidades e confiança por parte dos entrevistados, foi penoso. Hoje tenho o privilégio de ser amigo de todas estas personalidades, as quais já eram ídolos de infância.

\Reputo de grande importância para a consistência do documentário os pressupostos teóricos que adquiri na frequência universitária, primeiro em Direito depois em Jornalismo. Não posso mesmo deixar de destacar a influência decisiva que o professor Fausto Cruchinho teve para incutir em mim esta aventura do documentário.

Ao longo da formação académica deparei com certos conceitos e modelos que, depois na prática, vi desmontarem-se com grande desilusão da minha parte. Aprendi que o documentarista é isento, imparcial, dá uma visão fria e factual sem se envolver com a temática e a teoria que apresenta. Com o tempo, percebi que isto não só não se aplicava à realidade do bom documentário a nível mundial, como



a questão da imparcialidade não existir em nenhum grupo social ou profissional. Mesmo tomando como exemplo o jornalismo, rapidamente verificamos que nos entram em casa todos os dias situações de auto-condicionamento, auto-censura e parcialidade. Aquilo que escrevemos, dizemos ou pensamos é, invariavelmente, influenciado pelo grupo social a que pertencemos, o nosso estatuto económico, a nossa nacionalidade, a educação que temos, os valores que nos formam, a religião que temos... Isto num plano

de *input*, pois no plano do *output*, condicionamos ao destinatário a que nos dirigimos ou até nos auto-censuramos voluntariamente, procurando não chocar o chefe de redacção, o nosso patrão ou o nosso público. Um facto que se apresenta é sempre condicionado por todos estes pressupostos. Isto explica a volatilidade da história, a interpretação que dela fazemos e a polémica em *Futebol de Causas*.

* Autor do documentário

Colóquio Internacional República, Universidade e Academia

Vítor Neto *

O Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) leva a efeito nos dias 4, 5 e 6 de Março de 2010, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, um Colóquio Internacional sob o tema “República, Universidade e Academia” no âmbito das celebrações do Centenário da República. Este Encontro de historiadores pretende aproveitar o momento histórico para alargar os conhecimentos científicos sobre o tema geral do evento e, ao mesmo tempo, evocar a implantação da República quando passa um século sobre a mudança de regime político em Portugal.

Na verdade, a profunda crise da Monarquia Constitucional e a deserção das elites do regime criaram as condições para a substituição do liberalismo monárquico pela República no dia 5 de Outubro de 1910. Numa Europa dominada pelas monarquias, o pequeno Portugal decidiu acabar com a crise monárquica e inaugurar uma nova fórmula política. Lembremos que na Europa, apenas a Suíça e França eram Repúblicas. Fruto de um longo processo histórico de gestação e propaganda republicana e de múltiplos erros dos monárquicos, a contestação da esquerda política desaguou no 5 de Outubro e abriu caminho para a realização de múltiplas reformas económicas, sociais, culturais e mentais que estão no cerne de um novo ciclo histórico que se abriu na vida do nosso país.

E não importa lembrar aqui que nem toda a nação era republicana, que havia regiões vastas marcadas

pela monarquia e pela indiferença política, o que é justo recordar é que a capital do país e o sul apoiaram incondicionalmente a revolução com a esperança da realização de uma efectiva regeneração do país que atravessava um momento de decadência. Ora, a nação aceitou passivamente a revolução. Pois é sobre estes e outros assuntos que trinta e nove investigadores (num total de trinta e seis comunicações) se juntam para analisar e debater essa conjuntura histórica clarificando alguns aspectos mais obscuros e fazendo avançar o conhecimento científico. E como o Colóquio é internacional teremos a presença de sete investigadores de Espanha, França, Itália e Brasil.

Tendo em conta a natureza e os objectivos do evento pretende-se estabelecer uma conexão entre o político (e a política) e a cultura universitária, o novo regime e os movimentos estudantis, a Ciência e a cultura, os movimentos que estiveram na raiz dos progressos científicos e analisar a elite universitária na sua relação com os estudantes. Por outro lado, procurar-se-á confrontar os modelos espanhol, francês, italiano e brasileiro com a especificidade nacional numa visão abrangente e problematizadora. A história comparativa trará certamente uma nova luz ao entendimento da realidade político-cultural do Portugal republicano da segunda década do século XX. Na verdade, as vias do desenvolvimento dos diversos países são sempre particulares e é

esse particularismo das realidades nacionais que urge realçar estabelecendo as diferenças e tentando ver as analogias entre as Repúblicas e as Universidades, entre os poderes políticos e as realidades culturais, entre as sociologias universitárias e os seus suportes económicos. Se bem que não acreditemos que são as ideias que guiam a história, também é certo que o papel das elites universitárias não pode ser diminuído. Por isso, acreditamos que a Universidade de Coimbra, única no país até à emergência da República, funcionou como farol que iluminou o país no sentido de uma mudança revolucionária do paradigma político. É isso que estará também em equação num Colóquio que poderá não trazer muitas certezas, mas que levantará certamente muitos problemas que serão objecto da reflexão e da discussão. Por isso, desejamos que o Encontro seja muito participado, que o debate surja, que as dúvidas sejam esclarecidas.

As comunicações de participantes estrangeiros serão as seguintes: Christophe Charle, *Science, République et conflit des facultés de la troisième à la cinquième république en France*; Jaume Claret Miranda falará sobre *El sueño de una Universidad republicana, 1931-1939 em Espanha*; Isabel Perez sobre *La Ciudad Universitaria de Madrid, de la Monarquía a la República: continuidad y cambio*; Ilaria Porciana e Mauro Moretti apresentarão um trabalho conjunto sobre 1911: *l'università italiana a cinquenta anni dalla fondazione dello stato nazionale*; Luciano Casali, *La Universidad de la República italiana. Cambios y continuidad después del fascismo*; Ângelo Brigato Ésther, *A Universidade brasileira: tensões, contradições e perspectivas em sua trajetória*.

No que se refere aos participantes portugueses e suas comunicações serão os seguintes: Luís Reis Torgal, *António José de Almeida e a política republicana sobre a Universidade*; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e a República*; Fernando Catroga, *A herança dos modelos Oitocentistas de Universidade*; Amadeu Carvalho Homem, *Um gesto pouco académico: a interpretação do "manguito" no Zé Povinho de Rafael Bordalo Pinheiro*; Norberto Cunha, *Biologia, sociedade e*

política (dos finais do século XIX ao limiar do século XX); Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Academia de Coimbra e a política nos meados de Oitocentos*, Isabel Vargues, *As imagens e os actos da implantação da República na Universidade de Coimbra*; Ernesto Castro Leal, *Ideias políticas, formas organizativas e lutas estudantis universitárias (1918-1926)*; Luís Bigotte Chorão, *Uma elite da República: os "intransigentes" de 1907*; Rui Marcos, *A Reforma dos Estudos jurídicos de 1911: Coordenadas científicas e pedagógicas*; J. Romero de Magalhães, *Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*; Vítor Neto, *Afonso Costa: entre o republicanismo e os socialismos*; Fernando Taveira, *Populações estudantis: ensaio de caracterização (1890-1926)*; Maria de Fátima Nunes, *Cientistas em acção: os Congressos Científicos. Participação e organização da comunidade científica. Práticas científicas, culturais e ideológicas (1910-1940)*; Alfredo Mota, *A Medicina na República*; Ana Leonor Pereira, *Charles Darwin na revolução republicana portuguesa*; João Paulo Avelãs Nunes, *Ciência e ideologia: a História na FLUC de 1911 a 1933*; Sérgio Campos Matos, *Conceitos de história no Portugal da 1ª República*; João Rui Pita, *A reforma (de fundo) republicana dos estudos farmacêuticos*; José Morgado Pereira, *A recepção das correntes psiquiátricas em Portugal na 1ª República*; Manuel Carvalho Prata, *A Universidade de Coimbra e os seus professores na literatura memorialista estudantil (1880-1926)*; Alexandre Ramires, *A imagem fotográfica de Professores e Estudantes Republicanos da Universidade de Coimbra*; Nuno Rosmaninho, *Historiadores de arte na Universidade Republicana*; Eugénia Cunha e Manuel Laranjeira, *Antropologia e República: o ideal republicano de Bernardino Machado na perspectiva do professor universitário*; Salomé Marivoet, *Educação Física, Ginástica e Desportos na Primeira República* e António Gomes Ferreira, *Formar professores para cumprir a educação na República. A ideologia e a acção política*.

Resta-me dizer que todas as Faculdades da Universidade de Coimbra terão os seus oradores.

* Coordenador do Colóquio/Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

O sangue da Terra

José Manuel Martins de Azevedo *

Apesar de vivermos num planeta apelidado de azul e de apresentar uma superfície ocupada em cerca de 75% por água, constitui uma verdade actualmente adquirida que este singular e incontornável líquido se apresenta como um recurso escasso e que apenas uma reduzida fracção está disponível para os usos antrópicos. Na verdade, estima-se que a quantidade de água doce na Terra corresponde a aproximadamente 3% do volume global, estando 30% desta reduzida fracção armazenada em massas de água subterrâneas – os restantes 70% encontram-se nas calotes polares (68%), nos rios e lagos. No entanto, numa análise a outras escalas, por exemplo ao nível do nosso país, da região centro ou mesmo do município, facilmente verificamos que a água doce se distribui apenas entre as massas de água superficiais e subterrâneas.

Nas regiões desenvolvidas o acesso à água está muito facilitado, uma vez que possuímos “verdadeiras nascentes” dentro das nossas casas, nos locais de trabalho e diversão e, por outro lado, temos disponível uma enorme oferta de águas engarrafadas e um vasto conjunto de actividades que envolvem o uso directo da água (saúde, lazer, desporto, protecção, etc.). Assim, a água, como o ar que respiramos, é um elemento tão presente, acessível e essencial, que normalmente só nos lembramos dele em situações anormais ou extremas, de escassez ou excesso, de falta de qualidade ou de elevado custo.

Constata-se ainda que a larga maioria da população desconhece, totalmente, a origem e os percursos da água que utiliza no dia-a-dia. Em Portugal, conti-

mental e insular, bem como na região centro, a água consumida nas actividades domésticas agrícolas e industriais é, em larga percentagem, proveniente da captação de massas hídricas subterrâneas. Em muitas situações, como no caso do município de Coimbra, este valor aproxima-se dos 100%.

Neste cenário, o conhecimento das massas de água subterrâneas e das formações geológicas que as alojam (aquíferos) é seguramente mais do que relevante, devendo mesmo ser obrigatório. A renovação e a exploração sustentada deste recurso, bem como a preservação ambiental, serão tanto melhor conseguidas quanto maior for o conhecimento das massas de água. As Geociências e os investigadores que trabalham neste domínio, nomeadamente os geólogos e os engenheiros geólogos, mais do que competências, têm o dever de contribuir decisivamente para a preservação e a correcta gestão das massas de água subterrâneas.

Na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), em particular no Departamento de Ciências da Terra (DCT) e no Instituto de Geofísica (IGUC), pretende-se, através do ensino e da investigação, disponibilizar à sociedade contributos relevantes e eficazes nos domínios da Hidrogeologia e dos Recursos Hídricos. Actualmente, o estudo das massas de água no domínio das Geociências, tal como acontece no DCT e no IGUC, tem de considerar estas massas, superficiais e subterrâneas, simultaneamente como recurso natural e como componente ambiental e, em determinadas situações, como património natural.

No DCT e no IGUC, a investigação dos aquíferos e das massas de água subterrâneas inclui necessariamente abordagens diversas e complementares. Desde logo, a caracterização geológica e estrutural do “recipiente natural”, ou seja, do meio rochoso. Outra abordagem essencial corresponde à avaliação, discretização e modelação dos sucessivos processos hidrodinâmicos, nomeadamente a “alimentação” da massa de água (recarga aquífera), a circulação e o



armazenamento hídrico no meio geológico e, por último, a descarga aquífera, natural ou induzida.

A caracterização hidroquímica, a avaliação da qualidade e a identificação dos processos modeladores do quimismo da água subterrânea constituem outros importantes domínios de investigação.

Os processos de investigação e de ensino neste domínio particular das Geociências (Hidrogeologia e

Recursos Hídricos), que incluem obrigatoriamente actividades de campo, laboratoriais, e tratamentos informáticos e cartográficos avançados, decorrem a diversas escalas e desenvolvem-se em locais e enquadramentos geológicos variados. Presentemente, existe um enfoque particular no estudo das massas de água subterrâneas regionais. Contudo, a investigação conjunta com colegas de outras áreas científicas e/ou de outras escolas tem projectado a hidrogeologia feita no DCT e no IGUC para novos caminhos, como sejam a identificação de potenciais campos hidrogeotérmicos, a avaliação de vulnerabilidades e de riscos associados a massas de água e o desenvolvimento de cenários sobre o futuro da água na Terra, a partir do estudo da água noutros planetas, nomeadamente, em Marte.

A colaboração e o apoio a entidades não-universitárias que, directa ou indirectamente, gerem e exploram massas de água naturais na região centro têm sido uma constante dos investigadores em Hidrogeologia do DCT e têm permitido o desenvolvimento de estudos e relatórios em variados domínios, particularmente na prospecção aquífera, no dimensionamento e na protecção de captações hídricas, na avaliação de impactes ambientais e no ordenamento do território. Por outro lado, o ensino dos processos hidrológicos e hidrogeológicos no DCT extravasa frequentemente as portas da Universidade, procurando outros públicos e pretendendo contribuir para as boas práticas ambientais e de cidadania.

Em última análise, o ensino e a investigação em Hidrogeologia e Recursos Hídricos efectuados na FCTUC pretendem contribuir para que a água, à semelhança do sangue num ser vivo, continue a fluir em quantidade e qualidade através dos solos e das rochas, levando e trazendo os elementos e a energia indispensáveis às actividades antrópicas e à sustentabilidade dos habitats naturais.

* Departamento de Ciências da Terra e Centro de Geofísica da Universidade de Coimbra

Ao Largo

ENTREVISTA
RETRATO DE CORPO INTEIRO
CRIAÇÃO LITERÁRIA
LUGAR DOS LIVROS



“Estou sempre a lutar pelo que falta”

Por Marta Poiães e Pedro Dias da Silva

Professora Catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), ao longo da década de 1990 exerceu funções na Reitoria da UC, como Pró e Vice-Reitora. Foi precisamente aí que, enquanto responsável pelo pelouro de Instalações e Equipamentos, se iniciou a concretização do Pólo II da UC, local onde viria a sediar-se o Instituto Pedro Nunes (IPN). Apesar de nunca ter pensado que aí fosse estar o seu futuro, há já uma década que Teresa Mendes é Presidente da Direcção do IPN. Liderou ainda a Comissão Científica do Departamento de Engenharia Informática da FCTUC, de 2001 a 2005, e colaborou em inúmeros projectos internacionais, tendo publicado cerca de uma centena de artigos em revistas e participado em diversas conferências da sua área científica.

Nestes dez anos enquanto líder do IPN, que aspectos destacaria?

São muitos anos e muitos aspectos. O IPN reforçou bastante as frentes de actuação que tem, foram reforçados os laboratórios, intensificou-se bastante o cumprimento de projectos, havendo um salto muito grande de projectos internacionais. A nível da Incubadora de Empresas do IPN (IPN-Incubadora), houve também um salto muito grande – nos primeiros edifícios, vivia numa área relativamente pequena, e em 2007, passou para o dobro da área. No outro edifício, havia capacidade para o máximo de 20 empresas, este novo tem para 40 empresas. A nível da formação, a nossa terceira frente, evoluiu-se em termos de tipologia de cursos, aproximámo-nos mais dos projectos com uma componente de formação em consultadoria. Ou seja, é feito para empresas o diagnóstico de necessidades ao nível da formação, tecnológicas e de outras áreas, e depois dar formação para suprir essas necessidades. É uma componente que me agrada bastante porque está ligada às outras componentes do IPN. Desta forma, ajudam-se as empresas da IPN-Incubadora, é mais um apoio que elas têm para evoluir, e para as outras que não são do IPN, mas são nossas clientes, em termos de serviços. É uma mais-valia. No projecto que temos em curso este ano, já apoiámos mais de 43. Entretanto, começámos este ano com este de consultadoria, de diagnóstico de necessidades nas empresas e formação. Outro aspecto que se tem intensificado na formação é servirmos de entidade formadora para a formação que as empresas necessitam. Já somos entidade formadora de várias empresas e isso é também importante.

Pela elevada taxa de sobrevivência e sucesso das empresas apoiadas pela IPN-Incubadora, esta é, sem dúvida, uma experiência de sucesso. Em sua opinião, quais os factores que a têm permitido solidificar?

O que contribui para o sucesso da IPN-Incubadora e do apoio às empresas é, sobretudo, o nosso modelo integrado — esta proximidade com os laboratórios, com acesso aos investigadores da UC. Isso é essencial. E, por outro lado, a outra componente da formação. Há aqui um ambiente que é diferente de que se estivéssemos mais isolados, porque presta um leque de serviços muito mais alargado. Por outro lado, a equipa técnica que temos à frente do IPN: muito empenhada, muito entusiasta. É determinante haver uma preocupação com as empresas. As pessoas desdobram-se em arranjar pretextos para ajudar. É este o ambiente que se vive na IPN-Incubadora. Quando uma empresa vem, passa por uma grelha de avaliação, em que um dos critérios é precisamente o potencial de *networking*, de sinergias, quer com a UC, com os laboratórios do Instituto de Tecnologia, quer com as empresas que estão na IPN-Incubadora. Há uma preocupação muito grande de as ajudar a crescer. Isso faz com que surjam mais ideias novas, porque torna fácil a cooperação e complementaridade.

É da opinião que a ligação do IPN e da sua Incubadora de Empresas à UC, que dispõe de uma grande concentração de infra-estruturas tecnológicas, tem sido fundamental na potenciação de um relacionamento privilegiado entre investigadores e empresários?

Claro. Isso é essencial. Aliás, sem a Universidade não faria sentido. A IPN-Incubadora foi mesmo criada para isso, para ajudar a Universidade a transformar as ideias que surgem da investigação em negócio, levá-las até ao mercado. Essa é a nossa missão. Ao longo dos cerca de 13 anos de vida da Incubadora, mais de 60 por cento das empresas provêm da UC. Não podia acontecer noutra sítio.

Que importância atribui ao pioneirismo e sucesso de uma empresa como a Critical Software, na sua génese ligada ao IPN, para a afirmação e consolidação da Incubadora de empresas?

O que eu costumo dizer a brincar, mas muito a sério é que a Critical Software ajudou mais a Incubadora do que a Incubadora ajudou a Critical Software. E é verdade. Por um lado, porque na altura em que a Critical esteve cá, nós não tínhamos tantos serviços de apoio como temos agora. É natural, mal tínhamos começado, e fomos pioneiros. Tivemos de descobrir o nosso próprio caminho, sempre a tentar descobrir novas coisas, de forma a conseguir prestar o apoio. E não tínhamos, obviamente, os apoios que temos hoje. De facto, foi muito importante para nós, principalmente pelo efeito de contágio. Efectivamente, numa cidade e numa universidade onde havia pouca sensibilidade para o empreendedorismo, haver alguém que consegue ter sucesso e ganhar visibilidade, torna-se numa fonte de contágio importantíssima, porque as pessoas começaram a pensar: “Eles foram nossos colegas de curso, porque é nós não havemos de conseguir?”. Claro que as coisas não são assim tão simples, mas foi óptimo, pela visibilidade que teve de imediato. Foi desde essa altura que começámos a ter a IPN-Incubadora cheia e nunca mais

“A IPN - Incubadora foi mesmo criada [...], para ajudar a Universidade a transformar as ideias que surgem da investigação em negócio [...]”



parou. É interessante ver, à distância, que a Critical Software, como a conhecemos hoje, foi criada com o dinheiro que ganhou no Concurso de Ideias de Negócios, organizado pela FCTUC e pelo IPN. Foram os vencedores, ganhando o dinheiro suficiente para criar a empresa. Para nós, é extremamente compensador e uma fonte de enorme satisfação vê-los a sair daqui e a darem cartas por esse mundo fora.

A conquista, em 2008, do segundo lugar no concurso Best Science-Based Incubator Award, competição que envolveu meia centena de Incubadoras sedeadas em duas dezenas de países, foi, de facto, um enorme reconhecimento do trabalho desenvolvido desde 1996...

Esse prémio foi para nós uma grande satisfação, tanto que é um prémio que já existe há seis anos. Tínhamos concorrido em 2007, quando ficámos em quinto lugar e nem soubemos [risos]. O Dr. Paulo Santos, director da IPN-Incubadora, esteve em Sevilha, no congresso onde foi anunciado, ouviu os primeiros três lugares, mas não se lembrou de perguntar em que lugar tínhamos ficado, julgando que estávamos num dos últimos. No ano passado, o segundo lugar foi uma surpresa enorme, dado que os critérios são extremamente exigentes. Eles pedem uma série de dados, como por exemplo, o modelo de negócio e sustentabilidade, o retorno do investimento público, a taxa de sobrevivência e a lucratividade das empresas incubadas, o volume de emprego directo criado, etc. No fundo, sendo critérios exigentes, mais nos satisfaz. Sendo uma competição aberta, e sendo tantos os países a concorrer, foi compensador. Não trabalhamos para os prémios, mas sabe bem. Não há razão para deixarmos de concorrer. Nós pertencemos a uma rede europeia de Incubadoras, que já estiveram cá várias vezes, em dois congressos que organizámos e onde estiveram as melhores Incubadoras, desde Cambridge, Oxford, dos países nórdicos, e as pessoas normalmente gostam de vir e gostam muito do nosso modelo. Isto porque não é muito comum haver este modelo integrado de Incubadoras com o sistema científico e tecnológico e com as outras valências que o IPN tem. É um modelo que foi considerado uma boa prática, há três anos. É interessante, porque o modelo surgiu assim, já há muitos anos e acaba por ser, neste momento, reconhecido pelos melhores da Europa. Temos uma colaboração muito intensa com outros países e novos projectos sempre a decorrer. Neste momento, temos um projecto muito interessante, o Erasmus do Empreendedor, em que vão empreendedores daqui para outros países – já foram vários e já recebemos cá, também. Temos outros projectos de boas práticas, de motivar os intercâmbios nas empresas, trazê-las cá e ir lá, no fundo para tentar alargar os mercados. Tenho empresas nossas daqui que quiseram internacionalizar-se, duas delas, que me lembre, nós ajudámo-las através da nossa rede de Incubadoras, a resolver problemas, uma delas em Paris e outra na Polónia. Havia uma necessidade de um espaço, num sítio e no outro, e, para sediarem lá um primeiro, escritório, foi através da nossa rede de Incubadoras. Tudo isto faz com que as empresas também fiquem satisfeitas, porque há realmente um leque variado de apoios que transcende o mero apoio local.

Numa cidade e numa região onde o tecido industrial consolidado é praticamente inexistente, o facto de ter possibilitado a criação de cerca de mil postos de trabalho directos, ocupados por mão-de-obra altamente qualificada, e ter, em 2008, gerado um volume de negócios de aproximadamente 50 milhões de euros, converteu a IPN-Incubadora numa das principais forças dinamizadoras empresariais da urbe. Como é que encara o futuro de uma estrutura como esta?

Uma estrutura destas é sempre muito importante, em todas as fases. Agora, foi a fase difícil, mas eu considero até que já se deu a volta e já não há retorno, não se vai voltar para trás, relativamente ao que já se alcançou. É evidente que isto é uma escala pequena, mas acho que foi um contributo importante para a cidade, ainda assim. Daqui para a frente só pode ser para melhor. A Incubadora tem um leque limitado de apoio, uma vez que no máximo, apoia os primeiros quatro anos de vida das empresas. Felizmente, há empresas que saem antes, porque já cresceram tanto que já não precisam desse tempo. Nós temos, neste momento, um projecto que, estou em crer, vai ser pesado, mas está bem encaminhado, que consiste no passo seguinte, isto é, uma estrutura que vai acompanhar a empresa não na parte de arranque, mas na fase de crescimento, aquilo que nós denominamos uma aceleradora de empresas. É um projecto que tem sido preparado pela Associação Tecnopólo de Coimbra, cujos associados são quase os mesmos do IPN e que vai ser, se se concretizar, um bom complemento, porque surge de forma natural. Neste momento, temos duas modalidades de incubação: a física, as empresas estão fisicamente sediadas no edifício; e a virtual, que tem duas modalidades – a *start*, quando a empresa ainda chega em projecto/ideia, e há todo o apoio até que se desenvolva o plano de negócio para a criação da empresa, e nessa altura não faz sentido que estejam aqui, há apenas o apoio; e depois, a *follow-up*, numa fase em que as empresas saem da IPN-Incubadora, para mantermos os laços e toda a cooperação de toda esta rede que é criada. Esta incubação virtual tem-nos permitido - e somos solicitados frequentemente para tal - dar apoio às empresas que já saíram daqui, por exemplo, em casos de internacionalização, de criação de núcleos de investigação e desenvolvimento dentro da própria empresa e outras necessidades que a empresa tenha, o que não é muito comum nos primeiros quatro anos, quando ainda não é altura de precisar deste tipo de apoios. Esta nova estrutura é uma aposta que permite fazer muito mais, é multiplicador do efeito.

44

Ainda insistindo no facto de Coimbra ser uma cidade particular... Gonçalo Quadros, director executivo (CEO) da Critical Software, afirmou recentemente: “Temos uma Universidade que tem grupos de investigação de referência, com pessoas muitíssimo talentosas, mas a jusante acontece muito pouco, porque há um défice de ambição”. O que sente que falta a Coimbra?

Acho que falta muita coisa a Coimbra, seguramente. E ambição falta de certeza, pois não se vê vontade de ir mais longe. Há vontade, mas depois não se consegue, não se concretiza. É uma cidade que ainda tem muitos tiques de comodismo, da altura em que tudo acontecia aqui, não era preciso lutar por nada, e parece que ainda perdura um pouco. Acho que a atitude tem melhorado, mas há muito mais a fazer. Eu, por norma,

não sou muito saudosista. Acho que tem de se caminhar para a frente, e pensar no que é importante fazer. Gosto mais de falar no que falta fazer do que propriamente criticar o que está feito e olhar para trás. Há um sentimento de que podíamos estar mais longe do que estamos. Há vários focos de dinamismo e isso, sim, é importante.

Embora a maioria das empresas incubadas no IPN sejam de raiz científica e tecnológica, há igualmente estruturas que se dedicam a outros campos, como o da consultoria sócio-económica e ambiental ou design e comunicação criativa. O objectivo é aumentar ao máximo o leque de opções, indo ao encontro das necessidades existentes?

Temos uma preocupação grande. Nós somos criados pela UC, a nossa missão é servir de interface. E aí, todos os licenciados da UC que quiserem criar empresas, nós acolhemos. Agora, obviamente que é uma Incubadora de base tecnológica e, desta forma, todos os projectos têm de ter essa base e têm de ser ideias inovadoras. A nossa função é ajudar. Às vezes, surge uma ideia, e desde o aconselhar, a fazer o *coaching* muito próximo do plano de negócios, até o aconselhamento de outras valências na equipa, apresentarmos a outros grupos... Há todo esse apoio que ajuda a criar a empresa que, quando é criada, até pode nem coincidir com a proposta inicial. Temos sempre a preocupação de manter um certo ecletismo, de forma a fomentar a inovação e a complementaridade de áreas. Isso é muito importante para criar ideias novas. Muitas vezes, um bom negócio pode surgir de uma ideia simplicíssima, apenas aplicada a uma área diferente ou importando um conceito de uma área que trabalhemos aqui para outra completamente diferente. Não é necessariamente uma ideia de alta investigação. Também temos dessas, mas as outras também têm de ser acolhidas. Tudo o que seja uma ideia inovadora com base tecnológica tem lugar aqui. Desde o início, que a grande dominância é das empresas da área das tecnologias da informação, que representam 45 por cento das que acolhemos. Temos tido algumas na área de Bio-Tecnologia (duas), na área da Automação, Electrónica (talvez umas seis) e outras de outras áreas distintas, como os SIGs (duas), etc. Não somos muito fundamentalistas, apreciamos a ideia, a equipa e o empenho. Mas não nos consideramos elitistas, ajudamos no que pudermos. Há, como é óbvio, uma pré-candidatura e uma pré-selecção. Se realmente não tem cabimento, não aceitamos. Aquelas ideias que estão numa zona mais cinzenta, o apoio é-lhes sempre dado, precisamente para ver se se consegue converter numa outra que seja mais adequada. Há uma preocupação muito grande quando se faz o apoio ao plano de negócios em ser exigente, que seja sólido e forte para ser uma ideia com sucesso.

Há cinco anos afirmava, em entrevista ao Público, que o IPN é “um barómetro afinado da economia” nacional. Continua a pensar da mesma forma?

Continuo. Isto porque nós lidamos não só com as empresas da IPN-Incubadora, como com os nossos clientes directos. Temos uma diversidade muito grande, desde empresas locais, regionais, até clientes nacionais, já de envergadura. No fundo, essa diversidade dá-nos uma sensibilidade grande. Há coisas que, aparentemente, são contraditórias... Por exemplo, em anos de crise, aumenta a procura da incubadora, porque as pessoas

“Gosto mais de falar no que falta fazer do que propriamente criticar o que está feito e olhar para trás”

não têm emprego e pensam em criar o seu próprio emprego. Temos tido sempre procura, no entanto. Na altura de crise, em que está tudo parado, as coisas mexem-se mais do que o costume.

Em Julho de 2008, a UC, o iParque Coimbra, o IPN e a Associação Tecnopólo assinaram um protocolo de colaboração com o objectivo de desenvolverem actividades conjuntas e colaborações em diversos domínios. Em termos efectivos, que mais-valias vão advir desta parceria a quatro?

Esse plano estratégico que referi, vai ser um excelente veículo de articulação de iniciativas deste género. O plano engloba, para além da nossa pequena infra-estrutura, um reforço do Biocant Park, do Coimbra Inovação Parque e mais iniciativas em torno do Politécnico de Leiria e do Parque Tecnológico de Óbidos. É um plano estratégico bastante alargado, tem uma série de actividades de dinamização previstas, o que vai possibilitar uma área de actuação mais estreita entre diversas entidades. Muitas vezes, as agendas estão cheias, não há pretextos, e tem de haver actividades concretas. Sou um pouco avessa a *show-offs* sociais, de ligação entre instituições. A ideia é mesmo funcionar com coisas concretas. Cada um tem um projecto e faz, esforça-se, empenha-se. Tenho bastante esperança neste novo veículo que vai ser criado. Acho que a aprovação já não está em causa, faltam uns pequenos ajustes.

Na sua perspectiva, parece-lhe óbvio que a única forma do tecido empresarial emergente sobreviver, numa cidade periférica como Coimbra, é através da criação dessas sinergias?

Não será a única forma. Hoje em dia, já não há formas únicas. Um conceito interessante que está a ser ostensivamente utilizado e que inspirou também o Tecnopólo é o de inovação aberta. No fundo, quer dizer que as coisas acontecem em todo o lado. É como na educação – a pessoa vem cá para fora e a informação surge, vamos aprendendo com as experiências. Com as empresas é a mesma coisa. Aquilo que está contemplado no plano estratégico é, precisamente, a criação de um ecossistema de inovação, não fechado, deixando que as coisas ocorram. Neste momento, acho que já há - embora pequena – uma massa criativa instalada, de uma certa tipologia de empresas, baseadas no conhecimento, que eu acho que é irreversível. Quero crer que sim. Isso propicia o crescimento e o surgimento de outras coisas. Há imensas empresas mais pequenas, ainda em fase embrionária, que chegam aqui, são apresentadas a empresas maiores e acabam por estabelecer parcerias, porque se complementam. Há abertura, as coisas surgem e crescem. Há apoio e atenção dos dois lados. O *networking* é, de facto, uma grande preocupação nossa. Temos feito isso sempre com muito empenho, pois temos noção que é dos pontos mais importantes. Neste bar, já há uns meses, tem ocorrido uma vez por mês os *Lanches à Sexta*, que são precisamente sessões de debate e *networking*, em ambiente informal, onde há sempre duas empresas que se vêm apresentar. É mais um canal onde são criadas oportunidades. É uma prioridade nossa estimular o *networking*.

“Sou um pouco avessa a *show-offs* sociais, de ligação entre instituições. A ideia é mesmo funcionar com coisas concretas”



Já este ano, a IPN-Incubadora estabeleceu um protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, que pretende demonstrar aos seus alunos que o seu sucesso pode passar pela criação de uma empresa. É isso demonstrativo do reconhecimento das reais capacidades da estrutura por parte de agentes exteriores à sua realidade quotidiana?

Pretendemos reforçar essa parceria, vamos até fazer um convite para que a Escola se torne nossa associada. Não foge à nossa área de actuação, aliás, vem mesmo a calhar com os projectos que temos no IPN, sendo um deles o XHMS, um Centro de Excelência de Healthcare e Medical Solutions, que acabou no ano passado. Tivemos um consórcio com 37 entidades de Coimbra, entre centros de investigação, empresas e unidades prestadoras de cuidados de saúde, isto é, uma rede em que se pretendeu identificar oportunidades de negócio, de forma a juntá-las e perceber o que é que falta, para as coisas serem ainda melhores e podermos daí identificar ideias de negócio. Com este projecto iniciámos uma série de estudos de mercado, no fundo, para potenciar, colocar no mercado global, um produto que surgiu de uma necessidade que foi detectada num projecto *network*. Esse projecto vai continuar, estando a decorrer uma candidatura da continuação do próprio. E, repare, a Escola Superior de Enfermagem encaixa aqui muito bem. Eles, ainda por cima, estão muito entusiasmados. Já há uma proposta de criação de uma empresa que surgiu no âmbito desta parceria.

Desde há muito que se move em universos onde tem liderado e, sobretudo, trabalhado em equipa. Como se sente enquanto líder de uma equipa de pessoas que está sempre à procura do sucesso e da melhoria das suas performances?

Sinto-me muito bem. Quando passam aquelas nuvens de notícias negativas, o melhor antídoto é vir aqui beber um café ao bar da IPN-Incubadora. Este ambiente de muita gente nova e entusiasmada faz uma pessoa sentir-se com mais força. É muita gente. Há 300 pessoas na IPN-Incubadora – não em simultâneo, claro. É uma realização pessoal. Espero que este último empurrão que estou a dar ao projecto da tal aceleradora de empresas seja bem sucedido. Até porque não me quero eternizar, não tenho feitiço para isso. Para mim, foi muito interessante. Sempre fui uma académica, tive para além da investigação e do ensino, a que me dediquei em exclusividade até há 18 anos, depois tive uma passagem pela reitoria, em que nas funções de vice-reitora experimentei um mundo completamente diferente, onde tive de aprender tudo, e agora um complemento – também não percebia nada de empresas [risos], tive de aprender tudo. Ainda não percebo, vou aprendendo. Mas é uma experiência... Não estou aqui para apoiar a parte técnica, não é essa a minha função, mas essa ligação com a UC traz-me até aqui. Acho que foi a coisa mais difícil que fiz na vida. É preciso sensibilidade, perceber os dois mundos. Eu percebia um deles, o outro tive de aprendê-lo. Estando num lugar como este, tem de se perceber alguma coisa dos dois, para permitir que essa ligação se faça. É estimulante e muito diferente.

O que sente que lhe falta ainda alcançar?

Falta sempre quase tudo. Não sou uma pessoa calculista. Não sou obcecada pela programação, nem da minha vida, nem do trabalho. Sou pessoa de planos, ideias e de saber o que quer, mas não gosto de traçar caminhos estreitos. Eu estava na reitoria e tratei, como vice-reitora, do direito de superfície do terreno onde está instalado o IPN. Nunca me passou pela cabeça vir aqui parar. Não tenho essa postura calculista, as coisas vão surgindo. Mas falta sempre muito para alcançar. Estou sempre a lutar pelo que falta.



António Olaio

If I wasn't an artist, what would I be?

Marta Poiares

Para António Olaio, toda a arte parece não ser suficiente. Das múltiplas *personae* que se entrecruzam na mesma mente e desenham o mesmo corpo, não há uma que se possa destacar. Performer, videasta, pintor, cantautor, professor e curador são as actividades que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos: “O que me estimula intelectual e artisticamente é o facto de as coisas não serem estanques, a potencialidade de transbordarem para outras áreas”.

Fisicamente descrito por Kenny Schachter como “um cruzamento entre Kevin Spacey, Elvis Costello e uma pitada de Pee Wee Herman”, o artista plástico António Olaio profere cada palavra com o entusiasmo de quem revê o princípio de si mesmo. Nascido em Angola, em 1963, vive em Coimbra, e guarda em si um percurso bastante particular.

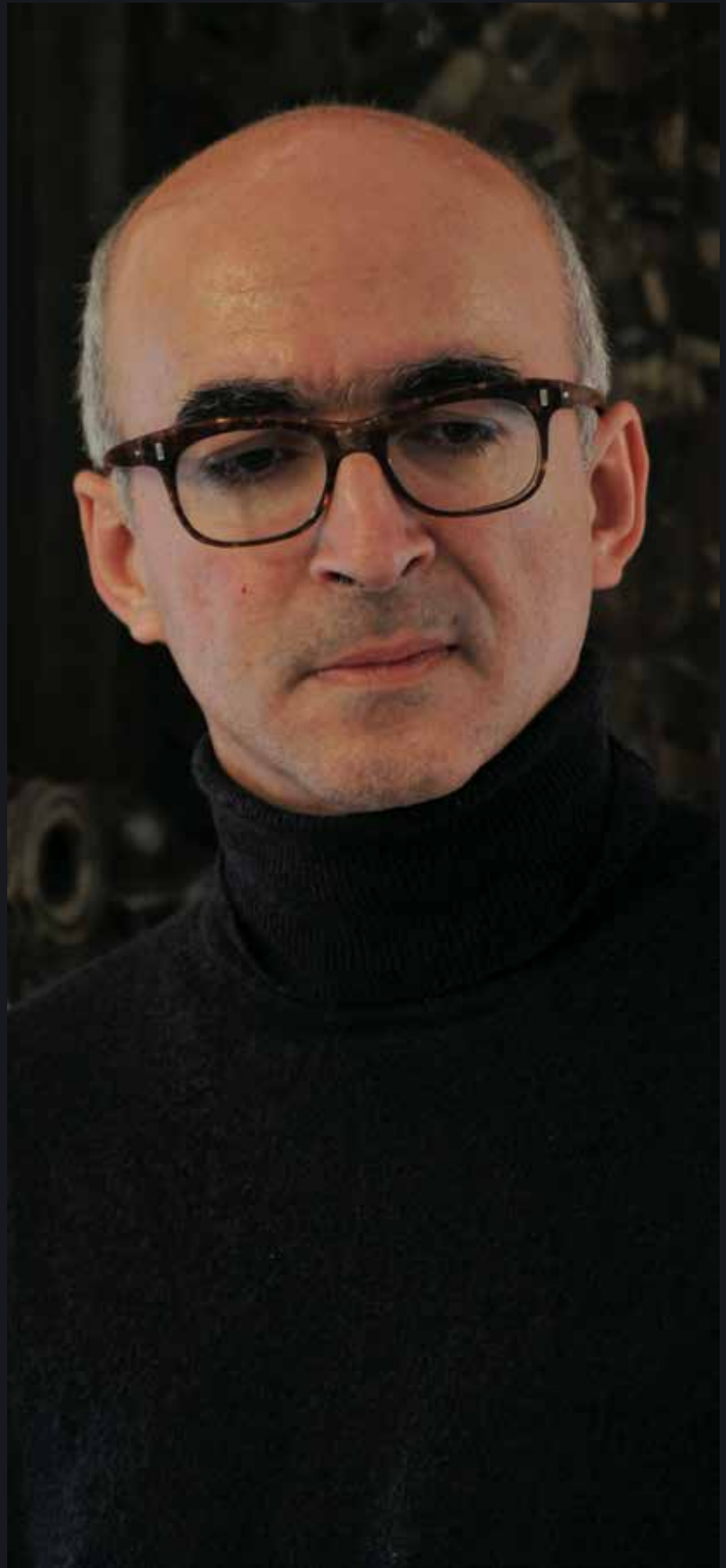
Com 16, 17 anos, já expunha em Coimbra, e aos 20 anos, veria a sua primeira exposição individual a preencher a Galeria Roma e Pavia, no Porto, cidade onde viria a completar a licenciatura em Artes Plásticas-Pintura na Escola Superior de Belas Artes. Paralelamente à pintura, iniciou a sua actividade como performer: “Eu comecei, para bem e para mal – e acho que foi para bem –, muito cedo a fazer performances, que nasceram de uma auto-consciência da minha ingenuidade, mas que me ajudaram muito no meu trabalho.”

Nos anos 1980, nas suas performances, Olaio – em

Portugal ou no estrangeiro – antes de interpretar um cantor de variedades, e de cantar ou não em playback, dançava sem sair do lugar, envergando apenas um par de cuecas e peúgas: “Eram sinais um bocadinho contraditórios - interpretar em cuecas, com uma paleta em cada mão, mas estar com uma cara muito séria. Uma espécie de jogo de sinais contrários e, ao mesmo tempo, um lado de auto-ridículo. Eu levava sempre as coisas muito a sério, mas não parecia. Chegaram a apelidar-me de o Ramalho Eanes da performance [risos]”.

Em 1986, após uma exposição no Museu Soares dos Reis sobre Salvador Dalí, para a qual fez uma tela - de onde surgiu o nome “Repórter Estrábico” -, formou a banda homónima, com José Ferrão: “Foi aí que ele me sugeriu que fizéssemos mais letras, para formar um grupo.” Em 1991, chega a lançar o álbum *Uno dos*.

Posteriormente, depois de sair dos Repórter Estrábico, e como se arte nele fosse involuntária, começa a enveredar pelos trabalhos em vídeo. Desde 1993 que Olaio tem vindo a desenvolver essa faceta de videasta. Os seus primeiros vídeos apoiam-se em vários discos instrumentais country (*Post-Nuclear Country*, 1993-1994): “Era uma invenção colada e descolada do que estava a ouvir, mas tinha um interesse efémero”. No ano seguinte, inicia uma colaboração com o músico João Tabor que se mantém até hoje e com quem já gravou três discos,



Loud Cloud, *Sit on My Soul* e *Red Rainbows*, editados, respectivamente, em 1996, 1999 e 2008.

António Olaio é ainda professor auxiliar no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (UC), onde lecciona desde 1991. Responsável pelas disciplinas de Desenho II e de Conceitos e Práticas da Arte Contemporânea, encontra também no ensino, uma extensão de si próprio. “Quando sou professor, continuo a ser artista. Felizmente, não sinto que estou ali num emprego diferente. Nós não somos apenas artistas quando estamos a pintar. Também é um trabalho artístico, de provocação, de criação”, garante.

Singing my art away

Conciliar todas as artes, correndo o risco de perder um bocado de cada uma delas não é problema para o artista plástico: “Não sinto que estou a conjugar coisas distintas, creio que elas são comunicantes. O que me agrada nas coisas é o grau de ambiguidade que elas podem traduzir e isso, porventura, também me levará a exprimir por meios tão diferentes”.

É, aliás, neste cruzamento de artes, que acha que, “possivelmente”, se encontra a “arte suprema” – “Acho que nem é preciso termos pudor em relação às palavras e acho óptimo poder dizer-se arte suprema.”

Na sua casa-galeria, coabitam Elvis Presley, Che(r) Guevara, George W. Bush ou até Saddam Hussein. Tal como em si mesmo, encerram-se ali vários mundos, resultando na exploração do insólito que o constrói. Nas suas criações, mistura palavra, canção e imagem, acreditando que a obra de arte é a maneira certa de comunicar e que é, acima de tudo, um jogo de relações. Mesmo que tivesse dúvidas, garante que faria de conta que acreditava, para continuar a fazer o que já faz: “É nesse desvario de relações que ela se manifesta. Claro que há um lado objectual que eu, de certa forma, cultivo: são pinturas, são telas, são objectos que se podem ter em casa, que se podem tocar ou reproduzir. Enquanto

capacidade de relação, é que isso me interessa”. Não se considera interessante e irritam-no “so lenemente” as leituras que procuram ver biografias dentro do objecto artístico: “Agrada-me mais a minha banalidade. Para mim, isso não tem um sentido pejorativo. Isso, sim, tem um potencial simbólico ainda mais interessante”. Não terá sido por acaso que, na sua tese de doutoramento, abordou a temática da obra de Marcel Duchamp...

Nos últimos meses, viu patente na Culturgest, em Lisboa, a sua exposição mais longa – *BRRRRRAIN* –, que estabelece um contraponto entre o seu trabalho em vídeo e a sua pintura. Apesar de “não ser uma exposição antológica”, segundo o curador Miguel Wandschneider, é uma exposição “muito vasta” do artista plástico que este considera como alguém que “encara a arte sempre com a realidade na sua mira”.

Ainda que lhe atribuam essa função, António Olaio não se considera curador. Apesar de tudo, é apolo-gista de uma atitude provocatória, no sentido de desencadear situações artísticas: “Nos tempos de faculdade, formei um grupo, juntamente com uns colegas, o Grupo Missionário. Éramos um grupo provocatório ou, pelo menos, queríamos sê-lo. E a nossa função, mais do fazer coisas, era juntar artistas para fazer acontecer”. Hoje em dia, a sua opinião não diverge muito: “Acho que as instituições, nesta nova década, poderiam criar situações, em que os artistas respondessem perante reptos e não só estar atentos ao que se produz. Pode ser uma forma de encomenda, numa forma de provocação.”

Para Olaio, arte e estratégia podem ser compatíveis, desde que esta promoção não escureça a verdade da obra: “A arte existe para além da sua mediatização e da sua presença museológica. Podemos imaginar que a coisa mais genial é aquela que nós não conhecemos. Não tenho nada contra, se ela é feita para ser conhecida, quanto mais comunicada ela for, melhor”.

Relativamente à cidade onde vive, o *Planeta Coimbra*, e ao modo como esta vive a cultura, António

Olaio diz ser desperdiçada: “Coimbra está muito aquém de Coimbra. Esta cidade tem uma densidade conceptual tão grande - Afonso Henriques, Rainha Santa, a Universidade, o mito da própria cidade -, que, se for encarada de uma forma folclórica, é um desperdício”.

Um dos próximos projectos de António Olaio envolve, precisamente, parte dessa densidade coimbrã: “Quero fazer um vídeo para a minha próxima exposição, pedi autorização para filmar na Sala do Exame Privado da UC. Fazer isto neste sítio tem uma força conceptual e simbólica como não há em mais nenhuma universidade em Portugal”.

No entanto, Olaio sente-se um pouco “estrangeiro” na própria cidade, confessando que tem com Coimbra uma relação conflituosa, algo típico de quem nela habita: “Coimbra talvez seja a cidade que mais ADN português tem, com essa relação que as pessoas têm de a adorarem e criticarem – uma espécie de *revanche* que é muito central na nacionalidade e na identidade portuguesa”.



A propósito do livro *Um Por Cem: Um olhar sobre as repúblicas de Coimbra*, de Margarida Madeira e Teresa Carreiro

Cada pessoa é um mundo

J. L. Pio Abreu *

Cada pessoa é um mundo. Quando conhecemos alguém, começamos a viajar por esse mundo fascinante. Desvendamos a entrada, ficamos na ombreira ou penetramos pelos mais escondidos locais, conhecemos aqueles que partilham esse mundo de que também nós começamos a partilhar. Quando descemos aos territórios mais recônditos, deparamo-nos com imensos corredores e labirintos onde estão guardadas as peças mais valiosas que são a raiz de cada vida.

Do que é composto o mundo de cada um? De pessoas, certamente. Das pessoas que compartilham ou compartilharam o mesmo mundo. De pessoas esfumadas pelo tempo, das quais já só restam as efémeras imagens guardadas na memória. Das aquelas faces, daqueles corpos que o tempo já mudou, e de que ficam apenas os olhos que viram as mesmas coisas. Os olhos e a voz, que se mantêm idênticos, as palavras que sempre podemos reproduzir.

Para além disso, ficam os ambientes, os pequenos objectos de uso diário, os cheiros, as paredes, os recantos, o sol que espreita pela janela, a brisa que o acompanha, a cor da desarrumação, os pequenos insólitos gratuitos que se impõem já carregados de sentido. E também, mais uma vez, as palavras. As palavras que narram, que descrevem, que foram ditas, com sentido ou sem sentido, a poesia das palavras, as que estão escritas nas paredes eternas, as que se transmitem de boca em boca, que se renovam e que formam o mito.

Quem passou por Coimbra, e lá viveu a sua juven-

tude, partilha um mundo que se infiltra em todo o ser e marca profundamente a sua identidade. Porquê, ainda ninguém o explicou muito bem. Mas é assim. Há quem diga que é a alma de Coimbra, e que esta está guardada nas suas repúblicas.

É por isso que o livro *Um por cem*, numa alusão à mágica retórica dos centenários que se comemoram a cada aniversário das repúblicas, se oferece como um repositório dessa alma, o desvendar do mundo comum aos coimbrões. Tem fotografias de Margarida Madeira e textos de Teresa Carreiro. A Teresa, conheci-a quando, por motivos académicos, decidi estudar as repúblicas de Coimbra. Vinha de fora (de Lisboa), pensando que ia apenas desvendar um objecto de estudo sociológico. Pura ilusão, porque mexeu no fogo e foi por ele consumida. Apaixonou-se. Pior do que aqueles que por Coimbra passaram, ela não se libertou mais dessa presença, que agora exala nos textos que acompanham as fotografias.

Quanto à Margarida, começou por fazer as fotografias e sei que ficou transtornada. Padeceu da mesma doença. Afinal, aquilo que forma a raiz do mundo daqueles que estudaram em Coimbra é algo poderoso, como um vírus, um elixir ou o canto das sereias. E é por isso que as fotografias são apaixonantes.

Com excepção de um cão e da sua imagem reflectida num espelho convexo, nenhum ser vivo, animal ou humano, é fotografado. Contudo, são fotografias cheias de presença humana, nos lençóis abertos,

nos estojos de limpeza, nas panelas penduradas, nos pratos ainda sujos, nos frascos de compota ou especiarias, no livro aberto e, sobretudo, na vida das paredes pintadas, desenhadas, prenhes de papéis escritos, de cartazes rasgados ou de fotografias desbotadas. Remetem sempre para a presença de alguém, actual repúblico, antigo repúblico, ou nós próprios, leitores e apreciadores do livro. E remetem também para outros lugares, preocupações, gostos, cheiros, tristezas e alegrias, quente aconchego ou fresca brisa. Assim, desfilam pelas fotografias os estados subjectivos – os *qualia* – de quem, frequentando as casas ou apenas folheando as páginas do livro, se sente vivo.

Depois, numa difícil técnica de levar até ao limite a profundidade do campo, as fotografias mostram-nos planos sucessivos, delimitados por uma porta semi-aberta, por uma vidraça, um cortinado, um vão de escada ou a base de uma estante, como se fossem caixas chinesas. Como a *Alice no País das Maravilhas*, as fotografias convidam-nos a entrar por elas adentro, penetrando por planos sucessivos, cada um revelando um mundo que dá para outro e assim sucessivamente.

Mas, no fundo, no fundo, bem lá no último plano, o que guardam estas caixas chinesas que são as fotografias de Margarida Madeira? – A alma de Coimbra.

Cada pessoa é um mundo. Mas os mundos daqueles que passaram por Coimbra encontram as suas raízes nas fotografias deste livro. São raízes que podem ficar “à beira desta cama onde se deita a madrugada”, numa “paisagem atravessada de poesia, filosofia travessa, militância, música e festarola, desenrascanço, ruptura e demanda do novo”, ou ainda em “coisas escondidas dentro de coisas visíveis, amontoado de memórias, mapas de significação (...) peças insólitas, sinais de trânsito, candeeiros de iluminação pública, recortes vários, placas em línguas estranhas, murais esboroados a preto e branco e *grafittis* com mensagens sérias”, como nos explica Teresa Carreiro nos textos que acompanham as fotografias.

É o local onde todos se lembram que disseram o que a Teresa escreveu: “Não nos venham dar conselhos, sabemos bem fazer asneiras sozinhos”. Ou então: “Este mundo faz-de-conta é hostil a toda a trivialidade e destila humor e iconoclastia. Omnipresença da imaginação? Sei lá, diz ele distraidamente, recostado num sofá desbotado, num sorriso que lhe infantiliza o rosto”.

Sim, nas palavras e nas coisas que o livro revela, está alojada a alma de Coimbra.

* Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra



Lugar dos Livros

Título: Gestão de *Workflows*. Modelos, Métodos e Sistemas

Autores: Wil van der Aalst, Kees van Hee.

Tradução: Jorge Cardoso

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Série Ensino

Coimbra 2009

Este livro examina a gestão de processos de negócio com o auxílio de tecnologias de informação. Fornece uma sólida base para a Reengenharia de Processos de Negócio (*Business Process Re-engineering – BPR*) numa perspectiva claramente orientada às tecnologias de informação. Com o aparecimento de *software* genérico para a gestão de processos de negócio sob a forma de sistemas de gestão de *workflow* (*Workflow Management System – WFMS*) surgiu a necessidade de um livro que descrevesse os fundamentos teóricos e práticos da aplicação de tecnologia de *workflow*.

Título: Mudanças no Uso do Solo no Interior Centro e Norte de Portugal

Autores: António Campar de Almeida, Adélia Nunes,

Albano Figueiredo

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Série Investigação

Coimbra 2009

No Interior Centro e Norte de Portugal desencadeou-se, nas últimas décadas do século passado, um fenómeno de acentuado abandono agrícola, com importantes alterações na ocupação e cobertura vegetal do solo. Essas mudanças devem-se, principalmente, ao processo de esvaziamento demográfico das áreas rurais, em consequência do enorme

surto migratório, mas também à retirada de terras de produção (*set-aside*), favorecida pela Política Agrícola Comum. Os principais objectivos deste livro centram-se na avaliação das consequências resultantes do abandono dos campos de cultivo ao nível do coberto vegetal, resposta hidrológica (escoamento superficial vs infiltração) e erosão de solos.

Título: A Crise Financeira Internacional

Autores: Fernando Alexandre, Ives Gandra Martins, João Sousa Andrade, Paulo Rabello de Castro, Pedro Bação

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

N.º 2 da Colecção *Estado da Arte*

Coimbra 2009

A crise financeira iniciada em 2007 é uma crise excepcional e que suscitou medidas excepcionais para o nosso tempo, como a nacionalização de bancos. Depois de um período de liberalização da economia, guiada pela fé na capacidade autorreguladora dos mercados, o Estado foi chamado a intervir em grande escala para salvar o sistema financeiro do colapso e para combater a mais grave recessão económica desde os anos 30. No entanto, é preciso não esquecer que, nesta crise, as falhas do mercado foram também falhas do Estado, que em muitos casos optou por se manter alheado de muitos dos desenvolvimentos que estiveram na origem da crise financeira.

É uma discussão sucinta e rigorosa das circunstâncias que conduziram à crise que o leitor encontrará nesta obra (inserida numa nova colecção de livros de bolso da IUC). A discussão das causas desta crise é um desafio intelectual fascinante,

que irá certamente marcar a agenda da investigação económica nos próximos anos, à semelhança do que aconteceu com a crise de 1929.

Título: Campos de Concentração em Cabo Verde. As Ilhas como Espaços de Deportação e de Prisão no Estado Novo

Autor: Victor Barros

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Colaboração: CEIS20

3.º volume da Coleção *História Contemporânea*, dirigida por Maria Manuela Tavares Ribeiro.
Coimbra 2009

Na tradição histórica da prática do desterro de presos políticos para os destinos insulares encontramos o fundamento e a definição da ideia de ilha como espaço adequado para o banimento dos condenados. Mais do que dar continuidade ao desterro, o modelo repressivo do Estado Novo estrutura de forma metódica a prática da deportação política dos seus opositores, sob a lógica repressiva do desterro e prisão no local do mesmo.

O presente trabalho traz-nos um mapeamento dos diferentes destinos de deportação e prisão política, centrado fundamentalmente nas ilhas onde ficaram celebrizadas a encenação e a materialização desta prática, desde as referências sobre a prisão para deportados políticos na ilha de São Nicolau (1931) até à imposição repressiva do Campo de Trabalho de Chão Bom (1961-1974), na ilha de Santiago, na sequência da contestação anticolonial.

Fortemente ancorado na descodificação dos diferentes momentos e discursos que legitimavam esta prática política, este estudo analisa a problemática do desterro e da prisão no local de desterro como um dos dispositivos da grande panóplia repressiva do Estado Novo.

Esta obra foi distinguida na Universidade do Minho com uma Menção Honrosa no Prémio de História Contemporânea Victor de Sá, na sua edição de 2008.

Título: Correspondência Latina

Autor: Damião de Góis. Tradução e edição crítica do texto latino de Amadeu Torres.

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Volume IX da colecção *Portugaliae Monumenta Neolatina*
Coimbra 2009

O epistolário de Damião de Góis inclui um número avultado de cartas latinas trocadas com cerca de 30 figuras da maior importância cultural, social e política da Europa de Quinhentos (humanistas, com Erasmo à cabeça, bispos, cardeais e papas), em resultado dos seus contactos e convivência de humanista e de embaixador cosmopolita ao serviço de Portugal.

Título: Vamos Cuidar da Terra

Autoras: Anabela Marisa Azul, Catarina Schreck Reis, Helena Freitas

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Colecção *Descobrir as Ciências*
Coimbra 2009

Vamos cuidar da Terra é dirigido a crianças em idade escolar (entre os 5 e os 10 anos) e tem como objectivo principal despertar a curiosidade dos mais pequenos para a temática das alterações climáticas. As descobertas e conhecimento ajudarão a explicar conceitos e fenómenos, tomar decisões e desenvolver uma atitude pró-activa em relação ao mundo em que vivem. Este livro encontra-se dividido em três secções principais. A primeira secção explica os conceitos de efeito de estufa, de tempo e de clima. A segunda secção incide, por um lado, sobre os fenómenos que contribuem para o aquecimento do clima a nível global e as alterações climáticas e, por outro, sobre os impactes que as acções comuns do dia-a-dia podem ter no funcionamento global da Terra. A terceira secção aponta medidas ao alcance de todos para cuidarmos melhor da Terra. Os temas são apresentados de forma clara e têm associadas actividades e experiências de fácil execução.

Título: Músicas do Mundo

Autor: José Braga

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

N.º 3 da Coleção *Estado da Arte*

Coimbra 2009

“Como é musical este planeta... tal poderia ser o mote a presidir ao espírito deste livrinho. E, sem pretensões de espécie alguma, gostaríamos de ver nele um pequeno estímulo para o leitor se atrever a dar o passo seguinte: arranjar maneira de ouvir estas músicas que nem um milhão de palavras conseguirá alguma vez definir... *Músicas do Mundo* não é uma enciclopédia, apesar do título propositalmente vago e sem fronteiras. *Músicas do Mundo* é uma introdução a um quebra-cabeças cuja resolução-audição oferece um mundo de surpresas gratificantes. *Músicas do Mundo* é um princípio possível para uma viagem sonora por territórios aqui esboçados e por outros apenas imaginados. Boa viagem!” (texto de apresentação do Autor).

Título: Guia Ilustrado das Macroalgas

Autor: Leonel Pereira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Coleção *Natura Naturata*

Coimbra 2009

Em Portugal, apesar do reconhecimento do potencial e da importância do sector das algas marinhas, as actividades em domínios ligados à ficologia (ciência que estuda as algas) são ainda de reduzida dimensão e inferiores ao desejável e necessário. No entanto, vários estudos feitos por ficologistas e por organizações governamentais ligadas à indústria têm identificado inúmeras espécies que podem constituir um importante recurso natural em Portugal. Este guia tem como objectivo ajudar a conhecer melhor estes “vegetais marinhos” e, assim, promover o seu uso nas suas diversas facetas: a sua biodiversidade, como fertilizante agrícola, na alimentação e ainda nos seus múltiplos usos industriais.

Título: Outubro

Autor: Rui Bebiano

Edição: Angelus Novus

Coimbra 2009

A Revolução de Outubro não representa apenas aquele episódio datado que na velha Rússia recém-liberta do domínio dos czares levou Lenine e os bolcheviques ao assalto do poder: permanece também como sinal de esperança que nem mesmo a perversão e a derrocada do “socialismo real”, e a acelerada transformação do mundo que se lhe seguiu, foram capazes de apagar. Enquanto sinal de utopia, mobiliza as capacidades do ser humano para traçar colectivamente um mundo alternativo, desejavelmente melhor.

Importa salientar que este livro retoma, com aperfeiçoamentos e curtas adendas, um conjunto de textos escritos e publicados no blogue pessoal *A Terceira Noite* (aterceiranoite.wordpress.com).

Título: Dicionário Internacional da Outra Economia

Coordenação: António D. Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz I. Gaiger, Pedro Hespanha

Edição: Almedina/CES

Coimbra 2009

O Dicionário visa divulgar alternativas à economia capitalista. Autores de três continentes abordam os fundamentos e as modalidades da outra economia ou os marcos históricos do pensamento alternativo, além de assuntos mais específicos, relacionados com as empresas recuperadas, as redes de colaboração solidária, as finanças solidárias, a responsabilidade social e o comércio justo.

Espera-se, assim, contribuir para esclarecer os limites e as deficiências do sistema económico dominante.

Quando se reconhece a existência de formas distintas de produzir e (con)viver, percebe-se a presença – resistente ou emergente – de outras economias que participam de um mundo mais justo e solidário.



Espaço
Das Escolas

Um edifício como cidade

Vítor Murtinho *

O arquitecto Mies van der Rohe escreveu, um dia, que “menos é mais”, numa objectiva crença de que o melhor caminho para a elaboração e desenvolvimento do detalhe construtivo passaria por um processo, simultaneamente, muito elaborado e bastante simplificado. Mesmo que no seu exercício profissional nem sempre praticasse este desígnio, em boa verdade, este argumento sempre serviu para combater o desperdício material, levando a acreditar que a melhor solução era a que possuía mais economia de meios e, por isso, uma melhor sistematização construtiva. Se estes últimos factores são determinantes para a consolidação da máxima *miesiana*, com fortes implicações nos destinos das arquitecturas mais minimalistas, não consta que as intenções do arquitecto alemão tivessem a ver com o valor pecuniário disponível para a consumação da obra ou com a relativização da sua boa execução. Pelo contrário, a filosofia que van der Rohe defende, supõe uma alocação generosa de meios económicos e tecnológicos, concentrando-se os seus esforços na qualidade do produto final. Entendendo que durante o processo, a melhor arquitectura, será aquela que tiver encontrado a melhor racionalização no uso do material e, portanto, obtenha a maior verdade construtiva. O problema surge quando para a consumação do programa, nos seus níveis quantitativos e qualitativos, não se encontra a necessária e expectante correspondência numerária e, acrescido a isto, a execução – não a do arquitecto, mas a do empreiteiro – não respeite os princípios básicos e elementares das boas normas da construção. Nesse contexto, se na primeira parte pode o arquitecto conter custos até patamares de razoa-

bilidade, na componente operária, fica o projectista, infelizmente, refém do construtor. A extrapolação da máxima *miesiana*, neste contexto, perde totalmente o seu sentido filosófico: o menos nunca pode significar mais e, aqui, não é o arquitecto que tem que ser julgado ou questionado.

Serve esta consideração prévia para auxiliar na abordagem a um dos projectos mais interessantes de Manuel Tainha, mais precisamente o Departamento de Engenharia Mecânica (DEM), situado no Pólo II da Universidade de Coimbra (UC). As várias referências que na comunidade universitária se fazem a esta obra recaem, sobretudo, na componente das inúmeras patologias que com o tempo se têm vindo a agravar, fruto de uma desastrada e displicente construção e quase nunca sobre o valor intrínseco do projecto, aquele que importa justamente fazer ressaltar.

Na estratégia consolidada de descompressão da Alta Universitária de Coimbra, o Pólo II tem vindo a ajudar a cumprir cabalmente esse desígnio, tendo competido a Manuel Tainha o acto de projectar o primeiro edifício, no contexto do plano elaborado por Camilo Cortesão e Mercês Vieira. Tainha encontrou um território totalmente despojado de qualquer pré-existência relevante, anterior ao traçado agreste das vias que organizava todo o território. De algum modo, a proposta urbana reproduz em topografia bastante acidentada o desenho regulado outrora implementado na proximidade, mais exactamente, no vizinho Bairro Norton de Matos. A dinâmica deste plano do Pólo II induz a uma lógica de ocupação construída do espaço de quarteirão delimitado pelo traçado da grelha hipodâ-



mica orientada segundo os pontos cardeais principais. Apesar de o sítio ser apriorístico e ter muitas vezes um carácter nostálgico, o lugar, enquanto criação, assume-se como o resultado do processo interventivo onde a arquitectura é uma parte determinante, mas não exclusiva. O lugar, tal como Tainha o encara, resulta de uma sedimentação de conteúdos, de vivências e de atmosferas, elas próprias geradoras de estados de espírito, de imagens, de impressões, que definem e caracterizam a relação com o espaço. É neste campo perceptivo, para os utentes exigentes, que o arquitecto convoca espaço, usa e abusa de riqueza signíca. Essa predisposição é suficiente para criar afinidade, para gerar sentimento, formas de identidade, bem como matéria susceptível para promover a apropriação necessária à vivência em maior plenitude. Nesse contexto, está presente uma ambivalência entre programa e uso, apresentando-se estes como dois valores em equidade – não negligenciáveis –, providenciando uma harmonia expectante, aparentemente sem alteridade entre a sua concretização através da forma e da função. No seu já longo percurso coerente de produção arquitectónica, não consta que Tainha se tenha desviado da linha estrutural que se cose pelo processo de elaboração de obras de sedimentação, mais do que de obras de excepção. Toda a sua prática, inquestionavelmente autónoma, de correntes e de tendências, tem a sua génese e matriz na análise consolidada das formas disfarçadamente díspares, com particular evidência no racionalismo italiano, na nossa arquitectura chã ou mesmo na arquitectura manuelina, demonstrando



uma preocupação constante de incorporar nos seus edifícios um cunho identitário e talvez de peculiar portugalidade.

Na Engenharia Mecânica da UC, o arquitecto percebeu muito bem e assimilou as determinantes urbanísticas do Plano, bem como os ambientes dos sistemas de relações intrínsecas a cada actividade departamental, onde as dinâmicas próprias e as vizinhanças foram indicadores preciosos para a definição das hierarquias e estabilização do modelo de funcionamento global. O projecto foi-se desenvolvendo sem partir de um princípio disciplinar ou das amarras de uma ideia. O programa fluíu na forma que o arquitecto o foi convocando, à medida que precisava de espaço.

O autor, não descurando anteriores experiências, quer da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação em Lisboa, quer do Instituto Superior de Tecnologia em Tomar, promove nesta contextura uma série de situações, porque melhoradas, que tornam a intervenção em Coimbra, uma das suas obras conceptualmente mais interessantes. O carácter mais disperso em Tomar ou a indefinição dos limites em Lisboa, são aspectos menos concretizados, quando confrontados com o rigor da operação que reconhecemos ser mais consolidada no DEM.

Na obra de Tainha, a sua operação interventiva não é submetida a qualquer conjuntura temporal, ou se quisermos de *moda* – mas antes de *resistência*. Ao mesmo tempo, demonstra-nos que é possível discernir regularidades em cada projecto, tendo sempre presente que a obra resulta da abordagem entre o sítio,

os meios e os fins a que se destina, que a ocupação do espaço nunca será um acto de consumismo, mas sensivelmente um acto de criação. No seu já longo processo de projecto, praticamente não se percebe um desejo radical de mudança, mas a afirmação constante de um percurso com permanente inquietude, onde a experiência anterior serve e ajuda a melhorar a que se segue.

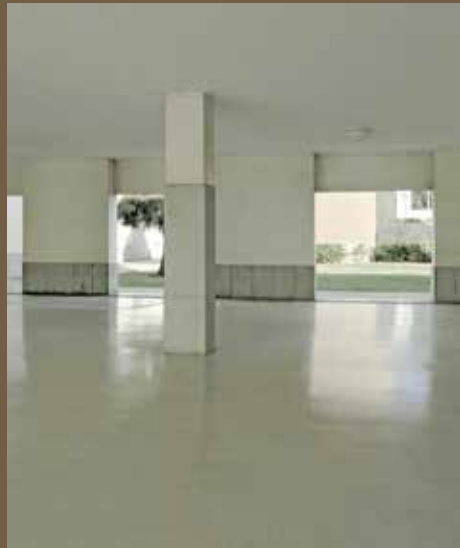
Em Coimbra, o edificado não parte de uma composição estruturante de toda a forma, mesmo que ela esteja sempre presente, mas procede da adopção de um modelo organizativo fundado a partir do próprio programa e que define, desse modo, o seu princípio, mas também a sua configuração final. O lote é integralmente utilizado, quase que não deixando espaço para o crescimento. Parte-se da presunção que o edificado esgotou todo o potencial construtivo, pelo que a proposta cumpre o princípio de que respeita a *escala da própria operação* – termos tão caros ao arquitecto –, já que se encerra sobre si mesmo e, concomitantemente, se descomprime de modo serial para o espaço público adjacente. É no plano do espaço do concreto que o arquitecto reencontra as suas bitolas; é sempre a partir do solo que decide quais as medidas mais justas, de modo a conseguir a solidariedade expectável entre a forma e o uso.

A implantação delicada do edifício, com recurso a sucessivos socalcos, vencendo primorosamente a diferença topográfica mais desfavorável segundo o eixo norte/sul, torna coerente a osmose entre a paisagem pré-existente e o construído, como se o edifício sem-



pre lá tivesse estado. Para enfatizar o plano das ruas, define uma pele urbana que delimita todo o quarteirão, que nalgumas partes assume a espessura do corpo do edifício e noutras é meramente um muro que conforma espaço e que separa o espaço exterior público do espaço exterior privado. Neste contexto, o muro delimita a configuração base e como fronteira faz a concentração da distância entre um fora e um dentro,

entre o lugar de passagem fugaz e o lugar para se estar, para usufruir, para o recolhimento. O lote foi o pretexto para fazer um espaço pouco contagiado pela envolvente, mas mais contaminado pela atmosfera que vê na solução uma continuidade consciente e sempre omnipresente entre o espaço edificado interior e o espaço exterior adjacente. A forma dos diferentes edifícios articulados com o muro de coroamento do lote,



vão definir uma série de pátios, com dimensões variáveis e que funcionam como zonas intimistas, ou para melhor controlo de luz indirecta no espaço interior, ou para a oferta de agradáveis espaços para se estar, como é o caso do pátio localizado no vértice sul/nascente. Nesse mesmo pátio, de articulação directa com o bar do departamento, destaca-se o corpo cilíndrico autónomo de um anfiteatro que com um pequeno

espelho de água, apenso, cria um cenário bastante apetecível, principalmente porque com o tempo já adquiriram um porte funcional e o Verão, no local, é bastante rigoroso.

Debruçado sobre a rua principal, que liga ao Departamento de Engenharia Civil, distingue-se um corpo esbelto de dois pisos, que alberga a maior parte dos gabinetes e se descomprime a poente para permitir o acesso automóvel ao estacionamento privativo interior, mas a céu aberto. Esse mesmo corpo, em forma de foice, contorce-se e estende-se transversalmente até à rua a sul, indo decretar o pátio já descrito e ainda a praça central do conjunto edificado. A definição da praça central, situada no coração do lote, é conceptualmente coadjuvada por um eixo principal caracterizado pelas entradas a norte e a sul, coligando as cotas alta e baixa.

E, por outro eixo, perpendicular, que emana da praça e se estende como rua em paralelismo ao edifício principal, fluindo na zona de estacionamento. Este eixo, secundário mas não desprezível, serve os dois blocos de laboratórios e, porque reproduzido em percurso coberto de galeria, no interior do edifício principal (ensaiada na Faculdade de Psicologia em Lisboa, mas aqui com desenho mais consistente, com enfiamentos visuais melhor formalizados e pontos de remate solidarizados), acaba por favorecer uma ampla liberdade de escolha pedestre, funcionando intencionalmente como uma verdadeira *promenade*. Todo o espaço de circulação interior é meticulosamente pensado – numa catadupa experiente suce-dem-se estrategicamente pontos notáveis, plataformas desniveladas que definem zonas de estar, pontos de encontro e de reencontro consciente entre as pessoas, mas também com a arquitectura. De vez em quando, aqui, desvela-se o espaço exterior através de controladas e inteligentes aberturas. As janelas nas paredes verticais, ajudando ao escape espiritual, e as zenitais, favorecendo a entrada franca dos fluxos radiantes e demonstrando a absorção do princípio *corbusiano* de que a arquitectura é o *jogo magnífico dos volumes sob a luz*. Na precisão do dese-

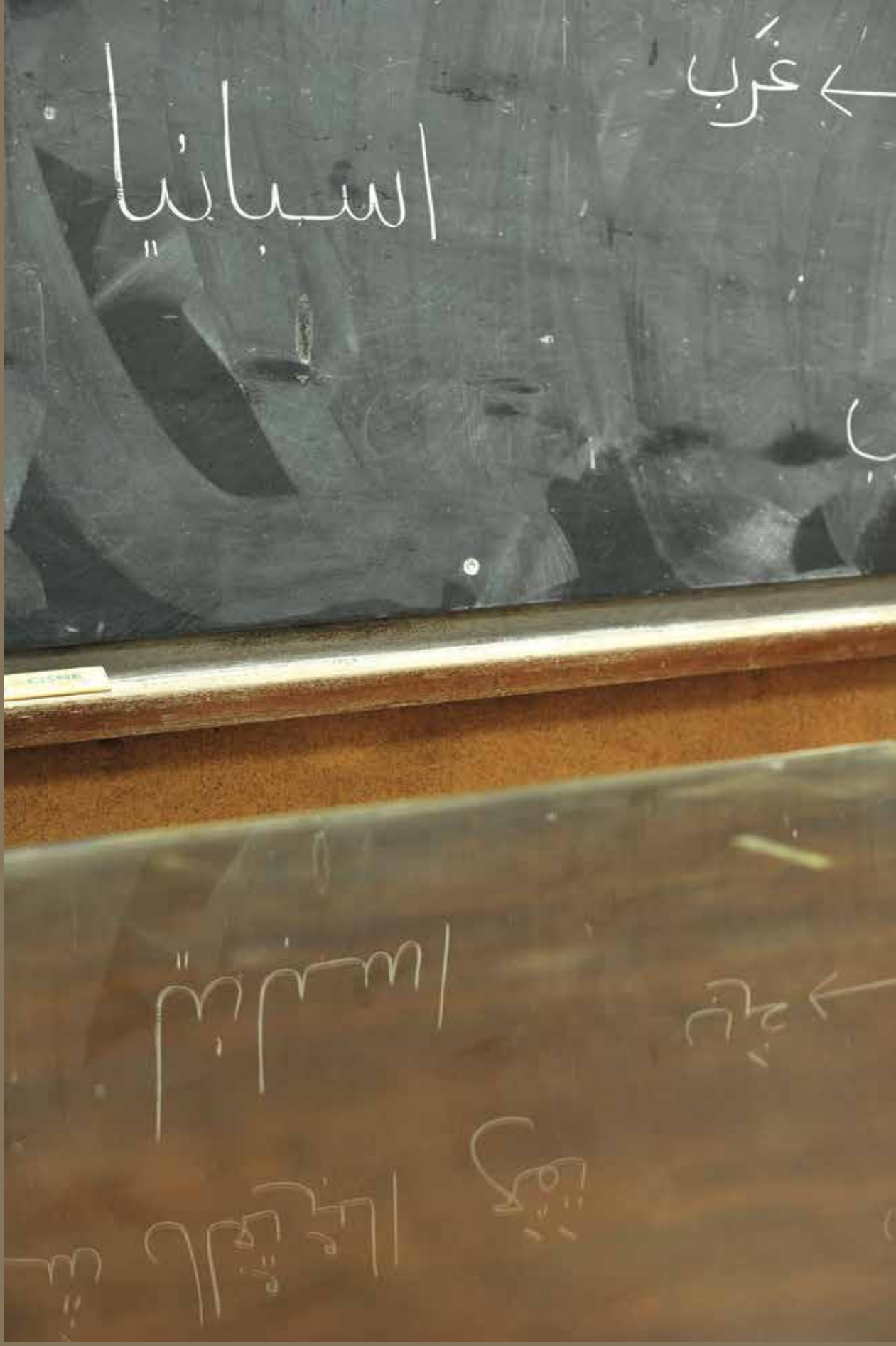
nho sobressai sistematicamente um grande rigor na proporção, uma enorme consciência na manipulação dos efeitos e das formas. A entrada principal, convenientemente destacada na fachada austera, é coadjuvada pela existência de uma escadaria que obriga à consciencialização do destino, definindo e remarcando o patamar de chegada ou de partida, assinalando a fronteira de espaços, servientes e servidos.

Toda a evidência sígnica, colocada amiúde um pouco em todo o projecto, não pretende exorcizar repositórios simbólicos, mas antes pretende enfatizar o problema no campo dos sentidos. A linguagem na obra de Tainha serve os propósitos estratégicos identitários, mas na génese, subsiste o prenúncio de que qualquer que seja o pensamento arquitectónico foi sempre mediado por um pensamento construtivo.

A metodologia compositiva, os ritmos e os remates, o contraste entre luz e sombra, são uma espécie de matriz delicada e muito fina que dirime argumentos com o sítio e o programa. Uma matriz que permite transformar a natureza física, através do projecto, numa sempre recorrente, construída, mas verdadeira *poética da matéria*. Conceptualmente aquela arquitectura é um exercício de plena maturidade de um artista que não está sufocado pelos mediatismos e imediatismos das imagens, que percebe bem os limites da sua liberdade e sabe qual o melhor modo para atingir a individualidade da sua obra. Mas, inexoravelmente, também sabe que a identificação da obra é a auto-identificação, quase sempre, do arquitecto.

Para o melhor e para o pior, o DEM em Coimbra, é uma obra *ofegante* que dá a ver e permite descobrir o saber e o sabor de Manuel Tainha. Todavia, alguém que está convencido que a arquitectura é arte, mas também e sobretudo, presença no estaleiro, técnica e construção, não deve ser penalizado por aquilo que efectivamente concebeu, mas cuja massa saiu de calosidades que não as das suas mãos.

* Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra



Temas

O ensino de línguas estrangeiras na UC
Colóquios de Outono 2009

Linguagens de expressão: o Centro de Línguas da Faculdade de Letras

Ana Beatriz Rodrigues

Quando Goethe afirmou que “aqueles que nada sabem sobre outras linguagens, nada sabem de si mesmos”, sabia o que estava em questão. Actualmente, com cerca de 7000 línguas a serem faladas por todo o mundo, com o incremento da mobilidade estudantil e profissional – muito potenciado pelas políticas da União Europeia – e com as demandas exigidas pelas entidades empregadoras, torna-se premente que novos e velhos se munam de armas e, neste campo, o conhecimento de outros idiomas pode ser uma boa ajuda.

Um pouco como consequência desta conjuntura, o ano de 2005 viu nascer, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), o Centro de Línguas (CL). “A ideia não é, de todo, nova. Há várias faculdades de letras por essa Europa fora que também os têm, devido àquela apetência que as pessoas têm por aprender línguas”, afirma Joana Santos, coordenadora do CL. Porém, uma das mais-valias deste centro é a oferta que foge às línguas clássicas: “Na nossa região, há escolas muito boas para Francês ou para Inglês, mas para aquilo a que se chamam as línguas ainda com menos penetração, que hoje começam a ter muita procura, como o Chinês, o Japonês, o Árabe ou o Russo, não há uma oferta formativa”, explica a docente.

Desde sempre que a Faculdade de Letras tem oferecido aos seus alunos este tipo de cadeiras de opção, todavia, com o plano estratégico da faculdade e com os projectos de formação ao longo da vida da União Europeia, decidiu-se fornecer ao público externo os cursos de línguas. Não obstante, “há outros serviços linguísticos que também podem ser oferecidos pelo CL. Quando se pede um intérprete chinês, quando se pede um tradutor de Romeno, é difícil encontrar nesta zona quem possa fazer esses serviços. O Centro de Línguas nasceu para responder a isso”, continua Joana Santos.

António Sousa Ribeiro, director do departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da FLUC, faz um balanço “extremamente positivo” do trabalho do CL, que, na sua opinião, está “perfeitamente consolidado, a uma velocidade de cruzeiro”. Aliás, segundo o docente, “no panorama mundial hodierno, sendo óbvio o papel das grandes línguas multinacionais – como é o exemplo do Mandarim -, que têm de ser conhecidas, ensinadas e estudadas, é também muito importante não perder de vista as pequenas línguas, que não têm o significado geoestratégico, mas que são uma componente fundamental da herança europeia.”

Mas, como funciona e o que oferece o Centro de Línguas?

Actualmente, as línguas oferecidas são o Inglês, o Espanhol, o Alemão, o Francês, o Italiano, bem como os idiomas menos vulgares, como o Japonês, o Chinês, o Russo, o Neerlandês, o Árabe e a Língua Gestual Portuguesa.

Estas línguas são fruto, igualmente, da procura: “Cada semestre propomos uma oferta e depois, em função das pessoas que se inscrevem ou não, assim se concretizam ou não os cursos. O que não quer dizer que não venham a aparecer mais tarde (Grego e Latim também existiram, no passado), podem voltar a existir, mas depende muito do interesse das pessoas”, esclarece Joana Santos.

Cada curso funciona, no mínimo, com 15 alunos, contudo, alguns cursos de línguas que interessa ao CL encorajar poderão funcionar com um número menor. Por outro lado, não deve haver mais de 35 discentes por turma, o que, este ano, teve de ser ultrapassado, em algumas línguas, como o Inglês ou o Espanhol. “Vamos evitar [esta situação] o mais possível, em especial se forem turmas de iniciação”, afirma a coordenadora do Centro.

A grande maioria do público que procura estes cursos é estudante da Universidade de Coimbra, muito embora o Centro de Línguas esteja a ganhar outras audiências que necessitam de aprender ou aperfeiçoar linguagens, para a sua profissão ou para integrar programas de mobilidade mundial.

Não obstante da consciência das pessoas na necessidade de falar outras línguas ter aumentado e, consequentemente, a oferta de cursos de línguas também, existem outros serviços oferecidos pelo Centro que têm o selo de garantia de qualidade, com docentes qualificados para o efeito. Dentro desses, destaca-se a revisão de textos, trabalhos científicos, publicações, teses ou dissertações. Além disso, é fornecido ao público em geral trabalhos de tradução nos mais diversos idiomas, desde o Persa ao Russo.

Pontualmente, com o apoio do CL e da faculdade, têm lugar algumas actividades, dinamizadas por docentes do centro, como foi o caso da semana cultural do Japão, que surgiu com o intuito de promover a língua e estimular a que, progressivamente, mais gente a estude.

Organicamente, o CL é dirigido pela directora, Joana Santos, secundado pelas duas sub-directoras, Rute Soares e Isabel Botto, e trabalha em articulação com o Conselho Consultivo e com o director da FLUC, Carlos André.



Babilónia de Sons

Liliana Figueira

Línguas aproximam culturas e oportunidades de uma vida melhor

Ao final do dia, nos corredores da Faculdade de Letras, amontoam-se grupos de estudantes à porta das salas de aula. São jovens e pessoas mais velhas, de todas as idades e áreas, que, na hora habitual do regresso a casa, optam por se dedicar à aprendizagem de uma nova língua.

Algumas até já deixaram de estudar há bastante tempo mas, como se costuma dizer, o saber não ocupa lugar, seja por motivos profissionais ou simples curiosidade.

Desde o Inglês e o Italiano, às mais exóticas como o Japonês, o Neerlandês ou o Árabe, o leque de cursos que o Centro de Línguas (CL) tem para oferecer é variado e do agrado dos estudantes. “Não sei se é de excelência ou não, mas quando alguém quer aprender uma língua, é este Centro que procura”, explica M.G. Fontes. A bióloga de 40 anos, que prefere não ser identificada, encontrou o curso de Língua Gestual do CL na internet. O facto de ter amigos surdos-mudos e de sentir “uma grande necessidade em quebrar barreiras com as pessoas” fê-la inscrever-se nas aulas que, apesar de serem apenas uma vez por semana, “são uma excelente plataforma para aprender”, salienta.

Mas mais do que a língua, os estudantes que frequentam estes cursos têm ainda o privilégio de contactar com outras culturas. Assim, aprendem também a quebrar barreiras e preconceitos em relação a países que, de outra forma, talvez nunca venham a conhecer verdadeiramente.

Mais perto das culturas orientais

Para algumas pessoas, as quartas-feiras são dedicadas ao Árabe. Neste dia em particular, a aula do primeiro nível tem poucos alunos. Entre risos e dúvidas, num ambiente descontraído, o trabalho de casa é corrigido no quadro. Seguem-se os números, um pouco de conversação e de leitura e, por fim, a visualização de algumas fotografias da Síria e do Egito.

“Costumo dizer que os cursos de Árabe são lugares de fazer *política*, de intercâmbio cultural, pois os alunos ficam a conhecer melhor a nossa cultura e também eu aprendo sobre a cultura deles”, revela a professora de Árabe, Shahd Wadi. Na sua opinião, “estas conversas são essenciais para perceber que temos muito mais semelhanças do que diferenças”.

O Árabe está entre as línguas do CL com menos procura. Para a docente, “as pessoas têm medo por se escrever da direita para a esquerda, mas a escrita e a leitura são fáceis”. O mais difícil, diz, “é o vocabulário, que é muito rico”. Por outro lado, continua, “poucos procuram o Árabe por questões profissionais. A maior parte está interessada em conhecer uma língua nova”.

Sofia Ribas, estudante do 2º ano de Direito, é disso exemplo: “Para mim, sempre foi uma língua com uma sonoridade fascinante, mas nunca foi o meu intuito trabalhar fora de Portugal”, confessa. Também a colega de curso, médica no Instituto Português de Oncologia, nutre uma “grande admiração pela cultura e pelo mundo árabe”. Apesar de “ser difícil”, nota Ana Maria Leite, “a língua cumpre as expectativas e abre horizontes”.

No entender de Joana Santos, directora do CL, a reduzida procura deve-se ao facto de “as pessoas ainda não se

terem apercebido da importância destas línguas”. “Lá fora, o Árabe é capaz de ser extremamente importante e necessário para fomentar o diálogo”, refere a responsável.

Algumas, porém, já se aperceberam. Simone Miranda, de 23 anos, fez o curso de Árabe quando estava no 1º ano de Línguas e Literaturas Modernas, em 2004. Como explica a jovem, a decisão foi tomada a pensar no futuro e “olhando para a França como um possível local de trabalho, onde o árabe é uma das línguas mais faladas”.

Da mesma forma, grande parte dos estudantes que escolhem estudar Japonês não o fazem por motivos profissionais. A própria professora, Ayano Shinzato, explica que “aparecem muitos jovens com referências de *anime*”. No entanto, esclarece, surgem também “estudantes de diversas áreas que querem aproveitar os protocolos com as universidades japonesas para estudar, fazer investigação ou, no futuro, trabalhar”.

Escolhas a pensar no futuro

Nas aulas de Russo, a música e a literatura juntam-se à aprendizagem da língua. A par das questões profissionais, motivadas pelo crescente aumento de cidadãos de Leste no nosso país, “os jovens querem saber mais sobre a cultura russa e têm sempre muitas perguntas” revela, satisfeito, o professor Vladimir Pliassov.

Uma das alunas, Maria Rosa de Oliveira, explica que “os cursos do CL costumam ser muito voltados para a conversação e isso é muito importante”. Embora tenha decidido aprender a língua devido à origem russa do namorado, a estudante brasileira, a fazer o mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, afiança que “quantos mais idiomas souber, melhor”. Aliás, depois do Inglês, do Italiano, do Espanhol e, agora, do Russo, Maria Rosa pondera estudar Chinês, “por ser uma língua promissora”.

Recordando a experiência vivida em Macau, aquando do estágio curricular, Cláudia Gameiro partilha da mesma opinião. Ainda a estudar Jornalismo, mas já a pensar no estágio, a jovem entendeu ser útil inscrever-se no Chinês e acabou mesmo por completar o 3º nível antes de viajar para Macau. “Não são cursos muito aprofundados, parte da aprendizagem tem que ser feita por ti mesmo, mas é um bom princípio e até gostava de poder continuar”, refere a jornalista, para quem, “com a China a crescer tão depressa, pode vir a ser importante no futuro”.

Apesar de estarem em áreas completamente distintas, as mesmas razões movem Miguel Gomes, estudante do 2º ano de Engenharia Civil. “É realmente uma mais-valia a nível profissional” considera o aluno que, incentivado pelo pai, crê poder tornar-se “mais competitivo” se souber falar Chinês. Perante as dificuldades do 1º nível, especialmente os caracteres, Miguel Gomes “não tem medo” e, acrescenta, “quando a professora fala em Chinês, já conseguimos perceber algumas coisas”.

Línguas europeias, as mais atractivas

Ainda que o CL tenha a vantagem de “dispor de línguas que as escolas privadas não podem oferecer”, como destaca a directora, para a maioria das pessoas as línguas europeias continuam a ser as mais atractivas. Não é por acaso que o Espanhol, o Alemão, o Francês e, principalmente, o Inglês, são os cursos com mais alunos inscritos, situação que Cláudia Gameiro clarifica bem quando diz que “as pessoas ainda procuram muito oportunidades de emprego dentro da União Europeia”.

Manuel Lobão, polícia recentemente licenciado em Geografia, não procura um novo trabalho. À saída do primeiro teste de Francês (nível I), justifica antes com o gosto pela língua e a necessidade em reaprender um idioma que estudou há 35 anos e que parte da família, a residir em França, usa diariamente.

Escolhas à parte, e porque qualquer razão é válida para aprender, o Centro de Línguas não podia dar melhor oportunidade às pessoas de dentro e de fora da Universidade. Embora, para muitos, um semestre baste para adquirir os conhecimentos básicos, para um número alargado de alunos, a aprendizagem faz-se por etapas e mediante o próprio convívio que, de nível para nível, facilita o processo e enriquece o saber.

Intersecções: Antropologia e Arquitectura

Luís Quintais, Nuno Porto, Sandra Xavier e Paulo Providência *

Tanto na antropologia quanto na arquitectura reconhecem-se tendências de apropriação mútua. Ou seja, os arquitectos mostraram-se sensíveis aos saberes antropológicos, e os antropólogos, por seu turno, revelaram-se atentos observadores dos modos de fazer o espaço que a arquitectura foi desdobrando.

Dir-se-ia, aliás, que a antropologia e a arquitectura denunciam, nas suas relações de recíproca inscrição de olhares e práticas, um conjunto de codificações acerca do que é ser moderno que emblematiza as hesitações, diferenças, complexidades e aporias dessa condição moderna. Poucos foram seguramente os diálogos inter-disciplinares que o fizeram ou fazem de forma tão rica e, ao mesmo tempo, de maneira tão pouco reflectida.

Com a geração do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, com Arnaldo Araújo, com Sérgio Fernandes, ou, no panorama internacional, com a geração do Team Ten e Aldo Van Eick, ou ainda com Bernard Rudofsky, a arquitectura revela a sua apropriação constante dos saberes, discursos e sensibilidade da antropologia, procurando, assim, “fundamentos” mais consonantes com uma ideia de “habitar” que articule diferenças e semelhanças e que espelhe a interactividade e o dialogismo sempre presentes (e sempre necessários) em qualquer concepção de arte pública.

Compreende-se então que a introdução da antropologia na formação dos arquitectos, associada a “novas preocupações sociais” da arquitectura, ou a introdução de temas caros à antropologia no discurso arquitectónico (como aquele que faz da rua um espaço de encontro de diferenças e de constituição de uma “comunidade” de fronteiras móveis, fluidas, imprecisas, mas sempre actuantes), correspondem a uma vontade de aproximação da arquitectura à realidade urbana (social e cultural), e a uma aspiração de intervenção nesse tecido de complexidades, fazendo aproximar da vida o projecto, essa entidade abstracta de planeamento que, na sua declinação gráfica e selectiva, não é comensurável com o território de diferenças e de dialogismos que deveria alimentar sempre o ofício da arquitectura.

A questão que permanece, do ponto de vista da arquitectura, é precisamente a de saber de que forma é que ocorreu a “antropologização da arquitectura”, isto é, como é que as “práticas etnográficas”, convocadas pelos principais actores da crítica ao movimento moderno em arquitectura, trabalharam e negociaram o “significado” social da arquitectura.

Para pensar alguns dos problemas que este enlace entre a antropologia e a arquitectura promoveu e promove, reuniram-se nestes Colóquios de Outono um conjunto de influentes investigadores provenientes de ambas as áreas e que aqui procuraram pensar em conjunto as aporias e dilemas, as diferenças e as semelhanças, que constituem a complexidade deste diálogo que se torna particularmente evidente desde, pelo menos, a década de 60 do século XX.

James Holston, antropólogo (Universidade da Califórnia, Berkeley), apresentou uma conferência que nos permitiu compreender a complexidade em que se fundou, no contexto brasileiro, a recepção à normatividade moder-

nista emblemizada pelo *Congrès International d'Architecture Moderne* (CIAM). Holston salientou a relevância que aí assumiu e assume a “generatividade” das ideias modernas (emblemizada pela construção, em São Paulo, do Edifício Copan de Oscar Niemeyer nos inícios dos anos 50) quando transportadas para contextos de extrema densidade urbana.

Sérgio Fernandez (Universidade do Porto), arquitecto, trouxe-nos um olhar marcadamente etnográfico, de onde se não isenta a melancolia, sobre a sua experiência de contacto com a população de Rio de Onor nos inícios da década de 60 (1963-1965), e sobre as “lições” construtivas e formativas (em sentido amplo) que o arquitecto recebeu, no rescaldo do Inquérito, através da sua *démarche* etnográfica.

Georges Teyssot, teórico e historiador da arquitectura (Universidade de Laval, Canadá), ofereceu-nos uma magnífica reflexão sobre a importância de que se revestiu, em Aldo van Eyck, e durante a década de 60, a introdução de uma perspectiva fortemente descentrada da arquitectura que apelava recorrentemente à viagem e à etnografia como recursos de re-constituição da ideia de espaço construído, sendo decisiva a expressão que aí adquiriu, por exemplo, o contacto com as populações Dogon no Mali nos anos 60 fortemente mediadas pelo arquivo da expedição Dakar-Djibouti (1931-1933).

João Leal, antropólogo (Universidade Nova de Lisboa), tendo por eixo o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, revelou-nos, provocatoriamente, o modo como as figurações do “popular” em arquitectura só podem ser cabalmente entendidas num tecido de hibridizações e contaminações que as declinações modernas tendem, quase inevitavelmente, a eliminar.

Algumas das propostas mais férteis dos Colóquios de Outono deste ano, assinalaram a importância de uma prática de desconstrução da normatividade discursiva que procede de muitas das reificações do moderno que se fizeram ou fazem inscrever na tradição construtiva da arquitectura. É neste contexto, aliás, que se podem fazer situar algumas das propostas de João Leal no que diz respeito ao “popular” e às aproximações etnográficas dos arquitectos. Assim, a ideia de que os processos de apropriação de uma determinada realidade cultural, reconstruída pelo etnografar dos arquitectos (presente nos seus apontamentos, no seu ordenar da “realidade”, nas suas fotografias e nos enquadramentos que elas revelam, na comunicação gráfica das implantações e organizações), é ela própria uma construção que exige desconstrução, já que tal construção correspondeu ou corresponde a processos de legitimação de um fazer que assenta em noções e aquisições que se não isentam da sua historicidade, é um dos traços consensuais a reter dos Colóquios.

O que estes Colóquios nos trouxeram foi, justamente, uma leitura das inter-disciplinaridades e inter-deslocações discursivas e interpretativas que nos mostrou a viabilidade da crítica (e de uma certa ponderação desconstrutiva) quando ela ocorre num espaço de encontro e de partilha.

* Professores da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra



A urgência de um diálogo interdisciplinar

Ana Filipa Magalhães

De um diálogo sobre o vernáculo, nem sempre concludente, se estabelece a ligeira ponte de interações das disciplinas da Arquitectura e da Antropologia. Além do A inicial em comum, são certas preocupações conjuntas, sensibilidades concertadas e uma vontade mútua de solidariedade interdisciplinar que encetam o diálogo, como é exemplo o Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa (IAPP), publicado em 1961.

No colóquio “Interações, Antropologia e Arquitectura” que tomou o auditório da reitoria da Universidade de Coimbra, nos passados dias de 23 e 24 de Novembro, vários arquitectos e antropólogos, como James Holston, Sérgio Fernandez, João Leal e Georges Teysot procuraram, através da cidade de Brasília, de Rio de Onor e do IAPP, mais uma vez, a reapropriação dos vocabulários de uma e de outra.

Acerca do IAPP, o arquitecto João Leal revelou uma tendência modernista em que ambas as disciplinas se focavam na definição do “popular”, que se queria genuíno e autêntico, nunca inestético ou urbano. É também necessário ter em atenção que ainda se vivia no regime salazarista.

Já James Holston criticou o planeamento e projecto da cidade de Brasília, feito sob a égide modernista, aplicado a todos os espaços da cidade de modo homogeneizador, que, para o antropólogo, esvazia o espaço de significado, além de eliminar qualquer hipótese de improvisação na cidade, tão rica de potencialidades. Segundo Holston, “dada a sua amplitude, não há diálogo entre os edifícios e o espaço em redor”.

Quanto à questão formal sobre as intersecções, Holston defendeu que a antropologia é imprescindível à arquitectura para a criação da norma, dado que a primeira é a ciência da crítica e dos “marginais”, e que “norma sem crítica é tirania”. Advogou, ainda, que a arquitectura se concretiza pela imitação: “É um processo de evolução da imitação. É preciso piratear para a criação de um modelo”. Uma das denúncias feitas pelo antropólogo foi o “síndrome” do modernismo arquitectónico que passa pela criação do original, que é impossível.

O sucesso da intervenção de Sérgio Fernandez ficou a dever-se ao facto de, sem falar de normas, transgressões ou sequer referir a palavra antropologia, ter sido capaz de fundir toda a terminologia num relato espontâneo dos tempos passados em Rio de Onor, Trás-os-Montes.

Na verdade, apreende-se o conceito de sensibilidade antropológica quando o arquitecto, nesse relato, ultrapassa a dissecação dos espaços e revela o que aconteceu na expedição. Fernandez contou que, em Rio de Onor se propôs, realmente, a relacionar-se com as populações. Segundo o próprio, ao chegar à vila, ele e os seus colegas estudantes, maravilhados com a generosa oferta da natureza e do instintivo encaixe da vila no espaço paisagístico, acharam “muito românticamente, que tudo deveria manter-se igual”, ao que o povo modestamente respondia: “Dizes isso por que não vives cá todos os dias!”. Nesse relato, Fernandez fala de uma especificidade curiosa, a respeitar por qualquer projecto arquitectónico, que é a ponte que une Rio de Onor de Espanha e de Portugal, onde se reunia o concelho de homens, ponto obrigatório de socialização.

João Leal, de volta ao IAPP, referiu que na investida instituição do “popular”, as demarcações registadas por

arquitectos e antropólogos - devido ao processo de inclusão/exclusão do que é ou não popular - conseguiram ostracizar elementos urbanos e rurais tão antigos como os elogiados, de que é exemplo a “casa do emigrante” e do “brasileiro”, a casa dos pobres ou de “gosto duvidoso”. As chamadas “malfeitorias”, desprezadas pelo Inquérito, fizeram com que este perdesse amplitude, pois veio a responder em favor da arquitectura moderna, homogeneizada.

De facto, surgiram interpelações, tanto por parte de arquitectos como de antropólogos que, ao invés de suste-rem o interrelacionamento das matérias, pela insipiência académica, demasiado formal, com certeza levaram o público a pensar na validade dialógica, por vezes semelhante a uma luta de bandeiras que separa de um lado, a arquitectura endeusada e, por outro, o recém-nascido estudo humanístico.

Todavia, ilações foram tomadas. A curiosa abordagem da noção de “não-arquitectos”, ou seja, das populações que realmente interagem e habitam no espaço público, que além de se conformarem a esse espaço procura-m, inconscientemente, uma significação cultural e mesmo uma identificação. Os moldes dessa significância obrigam a recorrer à Antropologia, pois a esta compete a compreensão e enumeração dos preciosismos locais, sejam regionais, culturais ou nacionais.

Também é de salientar o reparo exigido por ambos os lados à desconsideração efectuada por parte de certos quadros da arquitectura, ao novo espaço suburbano, indefinido e muitas vezes bloqueado de estudo.

Para o amadurecimento deste diálogo interdisciplinar, talvez sejam necessárias além das confrontações críticas, a noção certa de intersecções, ou seja, cuidar dos campos em que ambas as disciplinas são coincidentes, para evitar a crítica gratuita e para, tal como faz o conselho de Rio de Onor, se caminhar em direcção à ponte que une os dois lados e aí se discutir, ao ar livre, com um firme aperto de mãos.





Milhares de estudantes formados pela Universidade de Coimbra, espalhados pelo País e pelo Mundo, nas mais diversas áreas da sociedade, reunidos agora na mesma Rede.

Visite-nos em www.uc.pt/antigos-estudantes

Rede UC

Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra
Gabinete de Comunicação e Identidade
Universidade de Coimbra
Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra
antigos-estudantes@uc.pt

A/C Eng. Isabel Gomes • Tlm: +351 96 44 53 222

**REDE
UC**
REDE DE ANTIGOS ESTUDANTES
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

www.coimbraeditora.pt



LIVRARIA FERREIRA BORGES
Rua Ferreira Borges, 77
Coimbra

LIVRARIA AAC-COIMBRA
Rua Padre António Vieira
Edifício AAC
Coimbra

LIVRARIA CHIADO-LISBOA
Rua Nova do Almada, 90
Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA - LISBOA
Centro Comercial Arco-Iris
Av. Ilídio Diniz, 6A
Lisboa

LIVRARIA FDL - LISBOA
Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA DO PORTO
Rua Cândido dos Reis, 81
Porto

LIVRARIA FDP - PORTO
Faculdade de Direito da Universidade do Porto



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora



De Especialistas para Especialistas

ASSINATURA ANUAL DA REVISTA RUA LARGA (4 números)*: Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 25€ • Outros: 30€ • Avulso (cada número): 7€(IVA incluído) • Números Anteriores: 7€

Ao assinar a Rua Larga através das Tipologias Adicionais de Relacionamento com a Universidade de Coimbra, para além dos quatro números da revista pode também ter acesso a uma série de benefícios e descontos que a Rede UC lhe proporciona:

T2: Esta Tipologia possibilita aos seus aderentes apoio em áreas diversas, tais como na obtenção de contactos no seio da Rede UC, no recrutamento, ou no acesso a formação pós-graduada. 35€/ano

T3: Permitindo uma maior proximidade no relacionamento com a Universidade de Coimbra, a esta Tipologia acresce a possibilidade de participação directa nas iniciativas oficiais da Universidade, e de apoio personalizado ao estabelecimento de parcerias e colaborações. 60€/ano

Assinaturas através da Rede UC www.uc.pt/antigos-estudantes, ou pela Internet em www.uc.pt/rualarga.

Os preços incluem IVA, e portes de correio nacionais.

* A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.

NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:

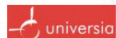


Parceiro: As entidades Parceiras ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



Aliado: As entidades Aliadas assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

Mais informações em www.uc.pt/gats



XII SEMANA CULTURAL
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

720 ANOS

CAUSA PÚBLICA

O PÚBLICO E O MEDIÁTICO

1-6 MARÇO | 2010

ARTES PLÁSTICAS | CINEMA | COLÓQUIOS | DESPORTO
DIA ABERTO | EXPOSIÇÕES | MÚSICA | TEATRO | WORKSHOPS